

**COLÉGIO PEDRO II**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e  
Cultura  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da  
África

Flávio Henrique Louzeiro Cardoso

**REDESCOBRINDO O COMPLEXO ESCRAVAGISTA  
DO VALONGO E O CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS:**  
uma aula pública pela pequena África

Rio de Janeiro  
2020



Flavio Henrique Louzeiro Cardoso

**REDESCOBRINDO O COMPLEXO ESCRAVAGISTA DO VALONGO E O  
CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS: uma aula pública pela pequena África**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador: Professor Esp. Arthur José Baptista.

Rio de Janeiro  
2020

**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

C268 Cardoso, Flávio Henrique Louzeiro  
Redescobrimo o complexo escravagista do Valongo e o cemitério dos pretos novos: uma aula pública pela pequena África / Flávio Henrique Louzeiro Cardoso. - Rio de Janeiro, 2020.

63 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Arthur José Baptista.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Escravidão. 3. Valongo, Cais do (Rio de Janeiro) - História. I. Baptista, Arthur José. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Flavio Henrique Louzeiro Cardoso

**REDESCOBRINDO O COMPLEXO ESCRAVAGISTA DO VALONGO E O  
CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS: uma aula pública pela pequena África**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino História da África vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: 22 de dezembro de 2020.

---

Professor Esp. Arthur José Baptista  
Colégio Pedro II

---

Prof. Me. Glaydson Matta  
Colégio Pedro II

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elizabeth Sússekind  
UNIRIO

*Dedico este trabalho aos mais de 50 mil corpos enterrados à flor da terra nos cemitérios do Valongo. À tentativa de silenciar suas vozes ecoaram gritos de liberdade!*

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho exige muito esforço e dedicação para que saia da melhor maneira possível. Para que isso ocorra alguns fatores são fundamentais. Pesquisa, concentração e leitura são alguns dos pré-requisitos para realizarmos uma conclusão de curso.

Sabemos de tudo isso, porém, um dos elementos que nunca podemos esquecer é a solidariedade, o ombro amigo e a cumplicidade de algumas pessoas com nosso projeto.

Projeto é uma escolha, e escolhas são decisões que muitas vezes tomamos em conjunto.

Sem apoio de amigos e profissionais da educação, principalmente no âmbito acadêmico, torna-se dificultoso nossa caminhada para realização de um sonho buscado: a especialização.

Eu já venho por muito tempo trabalhando com três pilares na vida: o conhecimento, o reconhecimento e o agradecimento. Aprendi nas muitas aulas públicas realizadas na Pequena África. Uma pergunta que sempre me faziam era: por que não agradecemos a contribuição do povo preto na história de construção do Brasil?

Por algum tempo não tive essa resposta para dar aos alunos e interessados em acompanhar nosso roteiro. Sempre ficava pensando na melhor solução.

Um dia compreendi que uma dessas respostas estava na ausência do reconhecimento da vasta contribuição da população negra e ameríndia na constituição orgânica de nossa nação. Contribuições que vão desde a língua, costumes e tradições, perpassando pela culinária, música e danças. Ou seja, saberes.

Portanto, cheguei à conclusão que o agradecimento só viria com o reconhecimento do trabalho e esforço realizado por estes povos. Mas para isso nós precisávamos dividir com o máximo de pessoas aquilo que já sabíamos. E assim multiplicar as redes de empatia.

Em razão disso tudo, que venho, neste momento, agradecer algumas pessoas por ter ajudado na realização deste trabalho. Sem elas não seria possível essa defesa.

Ao mestre Arthur José Baptista, pelo conteúdo, paciência, amparo e cumplicidade nessa dura tarefa acadêmica. Qualquer obrigado é muito pouco dado o tamanho da generosidade comigo e meus colegas de turma. Espero que possamos, no futuro, nos depararmos com outros desafios epistêmicos.

Agradecer a acolhida da Instituição Pedro II. Sempre solícitos e educados quando procurados. Um pedido de desculpas a Milena, da secretaria, pela insistência ao telefone.

Agradecer a Luísa Miranda, pela companhia em muitos debates na turma, pela compreensão e ajuda no trabalho de conclusão. Uma amiga que ganhei ao longo das jornadas pelo centro acadêmico.

A Júlia Saavedra, que, mesmo sem nos conhecermos, colaborou com a realização desse projeto.

Ao querido Dejair Dias, que, por muitas vezes conversamos nas saídas das aulas e dividimos perspectivas, angústias e ideias. Outras tantas, com as xerox dos textos que tirava no trabalho e me possibilitava economizar para o transporte e comida.

Aos amigos e parceiros de infância Robson Silva, Júlio Lopes, Isaac Balassiano e Fábio Petrilo. Lá se vão quase 40 anos de amizade!

A Eliana Barros que com toda sua experiência, abriu minha mente para inúmeras possibilidades e projetos. Tem ajudado a trilhar caminhos com mais confiança.

A querida amiga Miriam de Oliveira. Foram muitas conversas e caminhadas pelo Valongo.

Aos meus mais recentes parceiros de caminhada Bernardo Pupe, Loren Almeida e Alcino Amaral. Obrigado pela generosidade, confiança e simpatia contagiante. Aprendo todos os dias com vocês.

Aos muitos amigos que ganhei nas aulas públicas, Sidnei Eduardo, Adriana Melônio, Cíntia Rosa, José Inácio, Helena Rivera, Marco Antônio, Verônica Vieira, Márcia Balmberg, Ramon Hermida, Livia Moore, Mãe Zilá (benção!) e muitos outros.

E por fim, agradecer a duas mulheres sensacionais que fazem parte da minha vida: Geilza Cardoso e Áurea Cardoso. Sem vocês, nada seria. Vocês são meus alicerces de vida. Em todos os momentos, bons ou ruins, estão sempre preocupadas com minha saúde e felicidade. Não teria conseguido terminar este processo tão exaustivo, sem o apoio e carinho de vocês.

In memoriam

Maria Moraes dos Anjos Cardoso

Maria Geraldina Louzeiro

Gracilene dos Anjos Cardoso

Carlos Augusto dos Anjos Cardoso

Marlene dos Anjos Cardoso

*Não é que não tenhamos falado, o fato é que  
nossas vozes têm sido constantemente silenciadas  
através de um sistema racista.*

*(KILOMBA, Grada)*

## RESUMO

CARDOSO, Flavio Henrique Louzeiro. **Redescobrimo o complexo escravagista do valongo e cemitério dos pretos novos**: uma aula pública pela pequena África. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

O objetivo do trabalho apresentado é tentar analisar a lógica do Complexo Escravagista que se reorganiza na cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII e início do XIX, após a mudança da Praça XV para região do Valongo, sua correlação com o Cemitério e o tráfico transatlântico. Identificar o processo desumano praticado nos sepultamentos de africanos recém-chegados, conhecidos como pretos novos. Conhecer de forma sucinta sua estrutura, dinâmica e transformação num dos maiores entrepostos comerciais de escravos das Américas. As razões de sua transferência para fora do perímetro urbano e a centralização de um mercado de seres humanos num único lugar. Dialogar com todos os elementos que compõem o sítio arqueológico de memória sensível e levar para as salas de aula esse arcabouço de conhecimento gerando provocações e estudos para futuras aulas de campo. Trazer à luz tantas vozes silenciadas por séculos e que sempre estiveram querendo falar, serem ouvidas.

**Palavras-chave:** Complexo. Tráfico. Valongo. Cemitério.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Navio para o tráfico de escravos africanos.....	17
Figura 2– Navio para o tráfico de escravos africanos.....	18
Figura 3 – O Mercado “de carne humana” do Valongo.....	33
Figura 4 – O mercado do Valongo.....	35
Figura 5 – Mapa do Circuito de Histórico.....	44
Figura 6 – Mapa da região em 1820 .....	45
Figura 7 – Reurbanização.....	46
Figura 8 – Largo São Francisco da Prinha .....	47
Figura 9 – A Pedra do Sal .....	48
Figura 10 – Aula pública na Pedra do Sal.....	48
Figura 11 – Organização Cultural Remanescentes da Tia Ciata .....	49
Figura 12 – Sítio Arqueológico do Cais do Valongo em 2018 .....	50
Figura 13 – Imagem do Cais do Valongo .....	50
Figura 14 – Aula com alunos e professores da rede Emancipa de educação popular .....	51
Figura 15 – Praça Municipal, atual Praça Jornal do Comércio, em 1906.....	52
Figura 16 – Desembarque de escravos no Cais do Valongo .....	53
Figura 17 – Cais do Valongo.....	54
Figura 18 – Achados Arqueológicos no Cais do Valongo (RJ) .....	55
Figura 19 – Docas André Rebouças.....	55
Figura 20 – Horácio José da Silva, o Prata Preta.....	56
Figura 21 – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.....	57
Figura 22 – Sepultamento múltiplo parcialmente escavado com três indivíduos em destaque.....	57

Figura 23 – A presença de crianças é marcante nas aulas na Pequena África .....	58
Figura 24 – 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo 2020.....	58
Figura 25 – Final de uma aula pública no Centro Cultural José Bonifácio .....	59
Figura 26 – Uma aula pela Pequena África com educadores, e diversos segmentos .....	59

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>13</b>
<b>4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>24</b>
5.1 O Cais do Valongo: desembarque de seres humanos escravizados .....	25
5.2 Os Lazaretos .....	26
5.3 A Alfândega: local de tributação dos corpos escravizados .....	28
5.4 O Cemitério dos Pretos Novos: um sítio arqueológico escondido por 166 anos.....	36
5.5 A morte ronda o mercado do Valongo: os ritos fúnebres.....	40
<b>6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>44</b>
6.1 Trajeto .....	45
6.2 Encerramento da Visita .....	49
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de um grande incômodo e inquietações que senti e observei ao longo de aulas públicas realizadas na região da Pequena África, Zona Portuária do Rio de Janeiro. Palco de grandes eventos sociais, políticos, econômicos e culturais que marcaram para sempre a história daquela região, da Cidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. Principalmente, porque nessa área localiza-se um dos mais importantes sítios arqueológicos de memória sensível: o Cemitério dos Pretos Novos.

Uma das principais razões desta pesquisa científica, além do conhecimento do Cemitério dos Pretos, é tentar entender a lógica do complexo escravista que se reorganiza na cidade, após a sua mudança da Praça XV, para a região do Valongo.

Qual a importância dessa redescoberta para a história do Rio de Janeiro, do Valongo e suas adjacências, o cemitério construído na segunda metade do século XVIII? Nisso, nos debruçaremos para explicar melhor o que se passou, não só quanto a sua construção, mas também como parte de um importante complexo escravagista que movia praticamente toda a economia do Rio de Janeiro colonial. Dados recentes mostram a grande quantidade de corpos ali depositados. (PEREIRA, 2014). Buscaremos dar voz a essas almas que não tiveram a oportunidade de conhecer o seu destino final previsto. Muitos morriam no desembarque ou antes de serem vendidos.

No entanto, restos mortais agora recuperados ainda podem nos passar muitas informações importantes a respeito de sua etnia, origem, sexo e idade. Chegou a hora de escutarmos a outra história. Essa experiência tem por objetivo fazer uma contra narrativa dos acontecimentos históricos que permearam os livros didáticos por muitas décadas no cotidiano escolar, sejam eles no ensino fundamental, médio ou superior. Por que o Cemitério dos Pretos Novos mesmo depois de encontrado e considerado um dos mais importantes achados arqueológicos das últimas décadas, continua atravessando grandes dificuldades para a sua manutenção e preservação de memória? Por que as escolas do Rio de Janeiro não trabalham este tema nos seus currículos escolares, mesmo dispondo das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história africana e afro diaspórica e indígena?

Com isso, me debrucei nas leituras de livros e artigos que tratavam essa região, e o Cemitério em particular, com o olhar que eles merecem. Todo o trabalho terá como base o livro *À flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro* (PEREIRA, 2014). Ele vai nos mostrando todas as nuances que caracterizavam a região do Valongo. Do seu complexo comércio de vendas de escravizados até um dos seus destinos mais comuns: a morte.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

Identificar as Instituições que de forma articulada criaram o maior entreposto comercial de escravizados das Américas.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Inserir a Pequena África e seus diversos atores nos livros didáticos.
- Localizar com ajuda de recursos disponíveis os locais de preservação e memória cultural quilombola e indígena.
- Promover aulas de campo na região do Cais do Valongo.
- Propor junto aos professores a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que estimulam o ensino de História da África, afro-brasileira e indígena no cotidiano escolar.
- Sugerir a leitura de obras pedagógicas e literárias sobre a cultura africana
- Incentivar a produção de conteúdos digitais, obras literárias, círculos pedagógicos sobre a cultura afro-brasileira que aproximem alunos, professores e sociedade na formação escolar.
- Criar narrativas enfatizando o papel do negro como sujeito histórico na construção do país.
- Realizar projetos sociais com a participação de educadores de diversas áreas do saber, usando de ferramentas como a contação de história, jogos culturais, saraus e rodas de samba e capoeira.
- Desconstruir estereótipos e preconceitos de cor, gênero e geração, estimulando debates permanentes com a sociedade.
- Desconstruir as imagens de desvalorização da África, africanos e afro-brasileiros.
- Propiciar a construção de uma autoestima positiva entre os alunos com ascendência africana.
- Discutir sobre o silenciamento historiográfico visual, cultural e étnico da população afro-brasileira e indígena.

### 3 JUSTIFICATIVA

O ano era 2017, e lá estava eu, dirigindo-me para um curso de pré-vestibular. Carregando pensamentos, sonhos e o desejo de colaborar como educador popular. Ao chegar, logo percebi que não seria uma tarefa simples. Em um grande grupo de docentes, a maioria não se conhecia e estava ali pela primeira vez, afinal, vínhamos através de convites virtuais. Além disso, muitos ainda em formação docente em suas faculdades. No entanto, a intenção era a mesma: dividir conhecimentos.

Uma das primeiras coisas que notei é que não era um curso normal e tradicional. Já fomos colocados em um círculo e começamos a discutir diversas formas de aprendizado. Claro que a contra hegemonia ditava a tônica das apresentações. No entanto, não impedia que falássemos sobre outras características educacionais. Apresentações feitas, textos lidos e encenações teatrais reproduzidas. Iniciam-se as divisões de tarefas, organizações de encontros, recepção de calouros, a aula magna. Como fazer tudo em tão pouco tempo? Outro aprendizado: divisão de tarefas onde todos fazem tudo.

Depois de algumas reuniões, mosaico das aulas pronto e já compartilhado para os alunos. Aula inaugural se aproximando e um frio na barriga me incomodava; incomodava-nos. Muitas tinham sido as inscrições. Muitos sonhos, seres, vidas, expectativas. Responsabilidade em transformar pessoas para que possam transformar o mundo. Ou seriam eles os transformadores?

Com uma proposta descolonial, contra hegemônica, apostando na educação do diálogo com alunos. Ouvindo proposições de professores, psicólogos, cientistas sociais e, muito dos discentes, agora fazem parte do projeto de buscas e conquistas. Tantos eram os professores de História que as aulas precisavam ser compartilhadas em duplas ou trios. No início, achávamos que poderia comprometer a sua qualidade e a atenção dos alunos. Percebemos que tudo dependia da organização e da dinâmica que se aplicava. Cursos pré-vestibulares não podem ser iguais as aulas do dia a dia. Precisam de dinamismo, maior integração e interação entre professor e aluno. É preciso trazer as aulas para a realidade dos alunos e a nossa realidade mais ampla. Somente falar de tempo passado, com esse turbilhão de informações chegando todos os dias, é um verdadeiro desperdício de aulas e trocas importantes.

Uma boa aula nos dias atuais precisa, necessariamente, integrar situações do passado com a realidade do presente – do nosso presente –, para que possamos sentir fazendo parte de algo. Assim que pensamos, nos planejamos. Como nós, professores, gostaríamos de assistir a uma aula? Será que as informações que estamos passando são suficientes? São satisfatórias? Interessa aos alunos conhecer esse planejamento? Ações pedagógicas mais próximas da realidade, de suas vivências, não seriam os caminhos para deixá-los “mais ligados”? Mais interessados?

Outro fator que entendemos ser importante, naquele momento, era a participação da família. Digo família, pois nem sempre a figura dos pais está presente nesse contexto. Alguns são criados pelos avós, pelos tios ou irmãos mais velhos. Como não mencionei antes, em sua maioria, os alunos de pré-vestibulares sociais são de baixa renda, pobres, moradores de comunidades ou periferias nem sempre próximas dos cursos. Isso acaba se tornando um complicador, pois uma das causas da grande evasão escolar é o transporte. A outra é dinheiro para comida. No nosso caso, mesmo com os alunos levando suas quentinhas não há garantia de permanência nos cursos, até porque nem sempre se tem comida para levar e micro-ondas para atender a todos. No caso do transporte, os alunos de pré-sociais não têm direito ao Bilhete Único. Em razão disso, cursos que têm muitos inscritos no início do ano sofrem com a grande evasão escolar. Em alguns casos, com perda de mais 80% do total.

Segundo Santos (2020), existem, no Estado do Rio de Janeiro, mais de 340 cursos de pré-vestibulares sociais. Há um grande contingente de professores dispostos a ensinar voluntariamente e alunos querendo muito aprender e se aprimorar para disputar uma vaga nos concorridos vestibulares. No entanto, projetos sociais, em que o voluntariado é fundamental, não são garantia de sucesso para os estudantes. As razões são muitas e já destaquei algumas aqui, como transporte e alimentação. Mas não só os alunos sofrem com estes problemas, os professores também atravessam situações difíceis. Muitos ainda estão em formação e não estão trabalhando, alguns desempregados e outros, mesmo trabalhando, não ganham o suficiente para pagar deslocamentos constantes. Com isso, muitas vezes o número de voluntários acaba diminuindo ao longo do ano, e assim, precarizando o ensino em algumas áreas.

Mas mesmo com todas as adversidades, é possível construir um curso de qualidade e excelência. Não à toa, a cada ano, se aprovam mais e mais alunos nos concursos. Tudo isso fruto de muita luta e foco nos objetivos coletivos.

E foi assim que consegui conhecer um novo mundo de oportunidades na Rede Emancipa, um movimento social de educação popular que possui diversas unidades pelo Brasil e algumas no Rio de Janeiro. Eu atuo na Unidade de Vila Isabel desde 2017.

E foi lá também que minha história com aulas públicas começou. Primeiro, fui convidado a dar aulas, depois a participar da coordenação pedagógica. Com isso, planejamos aulas ao ar livre, para que pudéssemos despertar outros sentimentos e sentidos além-muros na educação. Aliás, sou um defensor fervoroso de aulas itinerantes e com a participação de diversas disciplinas.

Voltando um pouco, antes de retomar às aulas itinerantes, gostaria de confidenciar um fato interessante e preocupante: quando começamos a pensar as aulas fora dos muros da escola, imaginamos que não seria nada demais comunicar isso aos alunos, pois achávamos que todos conheciam o Centro do Rio de Janeiro. Afinal, Vila Isabel é praticamente vizinha. Para nossa surpresa, um silêncio tumular tomou conta da turma, quando perguntamos quem conhecia o Centro do Rio de Janeiro. Passamos então a outra pergunta: Quais pontos turísticos vocês conhecem no Centro do Rio de Janeiro? Alguns poucos, visivelmente constrangidos, levantaram as mãos. Muitos nunca tinham ido ao Centro. E alguns que foram, estavam acompanhados dos pais ou responsáveis e não conheciam praticamente nada da região.

Tendo em mãos todos esses dados, providenciamos uma força-tarefa para organizar o passeio com o máximo de alunos possível, e assim, resolver essa questão emblemática. E assim foi feito. Em junho de 2017, nos lançamos em um roteiro pelo Centro e fomos conhecer pontos importantes de nossa história. Marcamos como ponto de encontro para a volta a Igreja da Candelária. A maioria, que desconhecia a área, foi informada para encontrar no próprio curso em Vila Isabel. Os que já conheciam iam com familiares e amigos ao local combinado a Igreja.

Confesso que foi uma das melhores aulas que demos em nossas vidas. Além de contar a história da Igreja, da Casa França Brasil e do Centro Cultural Banco do Brasil, podemos levá-los para conhecer a Pequena África. Localizada na Zona Portuária da cidade, berço de ricas histórias da população negra, que há séculos vive e partilha conhecimento, cultura e memória.

O encantamento dos alunos não tem preço. A emoção de todas aquelas histórias narradas, o olhar, o olhar, o olhar. A identificação com o lugar, a afinidade espiritual, a riqueza de personagens e personalidades negras vitais para a manutenção e a compreensão do local. Ali nos apaixonamos de verdade pela nossa África. Conhecemos barões, de Mauá ao café. Dançamos com Mercedes Baptista. Tocamos com Pixinguinha, Donga, Jota Efegê, Sinhô e João da Baiana. Todos reunidos na Pedra do Sal, a nossa espera. As mães de santo

nos contemplavam com sua beleza, cânticos e crenças. Bença Tia Ciata! Bença Tia Amélia! Bença Tia Emerenciana!

Caminhamos até os Jardins Suspensos, mas não sem antes passar na Casa da Tia Ciata e conversar com a sua bisneta, Gracy Mary. Subimos as escadas e contemplamos os Jardins com a cara da reforma de Pereira Passos. Sabemos que aquela obra faraônica tinha por intenção apagar a história das Casas de Engorda e a vergonha da escravidão. Apresentamos aos alunos o Centro Cultural Pequena África – ainda funcionando –, onde era a antiga casa da guarda. Hoje é um local de memória da herança africana, mas passando por dificuldades financeiras e descaso das autoridades governamentais.

A cada ponto visitado, pesquisado, analisado e minuciosamente observado, o brilho nos olhos dos alunos e dos professores presentes crescia. Ao deixarmos nossas marcas na Pedra do Sal, um lugar sagrado, de resistência e luta, nos deparamos com outro, fundamental nesta aula inovadora: **O Cais do Valongo. Cais de desembarque de africanos.**

Neste local, segundo Karasch (2000), mais de um milhão de africanos chegaram para serem despachados para diversos cantos do Brasil e de países vizinhos. Chegavam trazendo marcas nos corpos e muita tradição, saberes, crenças, costumes e diversas áfricas. Trouxeram muitas histórias, que somadas, dariam várias enciclopédias. Estavam introduzidos dentro de uma indústria perversa, de moer de gente, responsável por desumanizar, ferir, machucar e barbarizar centenas de grupos étnicos, em função de lucros exorbitantes nos engenhos do açúcar, nas minas e na lavoura do café, além de utilizar a mão de obra escravizada para trabalhos domésticos, sexuais e de ganho.

Esse complexo escravagista, por se tratar de um assunto tão denso, subdividi em 2 capítulos, sustentado por anos toda a sociedade brasileira. Do mais rico fazendeiro, comerciante ou industrial até pobres, que na expectativa de adquirir respeito e pompa social, compravam seres humanos para trabalhos variados em suas casas. Desde afazeres domésticos a carregar seus senhores pelas ruas do Rio de Janeiro. Era muito difícil encontrar quem não se beneficiasse desse mercado de carne negra. Muitos eram vendidos em leilões em praças públicas. Não à toa, no centro do Rio de Janeiro, principalmente em regiões próximas à Praça XV e Zona Portuária, encontramos algumas dessas praças. Claro que muitas deixaram de existir ou foram modificadas, como é o caso do Largo do Depósito, hoje chamado de Praça dos Estivadores.

A zona portuária foi o berço das manifestações de religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda, onde os ranchos e cordões fizeram seus primeiros desfiles antes de se transformarem em Escolas de Samba. Ali muitos artistas, sambistas e trabalhadores de diversas áreas se encontravam para o Batuque, que deu origem ao samba. Onde conheceremos não só a Diáspora Africana como a Diáspora Baiana ou Segunda Diáspora. E essa imersão de africanos vindos do Nordeste, principalmente da Bahia, formará um caldo cultura responsável pela origem do samba e do sambista.

Hilária Baptista de Almeida, a Tia Ciata, transformará essa região em palco de grandes reuniões e festas de semba – que virará samba –, nas quais receberá a nata da sociedade carioca ao longo de sua vida no Rio de Janeiro. Quituteira de mão cheia e mãe de santo, ganhará rapidamente o respeito de todos, inclusive, de outras mães que frequentavam o local. Essa integração de saberes sofrerá constantes perseguições por parte do Estado brasileiro. O mesmo Estado que recorria as mães de santo e os afrodescendentes em momentos de dificuldades. Seja em busca de conselhos espirituais, seja para controle de desordens sociais ou para experimentar a culinária dessas líderes religiosas.

Voltando a nossa aula fora dos muros, algumas horas depois de seu início, quando o cansaço parece querer tomar conta, chegamos a Praça da Harmonia. Ali nos encontramos com a história da Revolta da Vacina, também conhecido como Quebra-lampião, que se confunde com a memória do mestre capoeirista e estivador, Horácio José da Silva, mais conhecido por Prata Preta.

Por fim, chegamos ao ponto mais importante de nossa aula e também o mais impactante. Carregado de emoções, com o coração batendo a mil por hora, entramos no Instituto Pretos Novos. Na verdade, o antigo Cemitério dos Pretos Novos. Antes essa região era conhecida como rua do cemitério e mais tarde rua da Harmonia. Nesse local conseguimos ver ossadas encontradas nos anos 1990 pela família Anjos. Ali encontram-se aproximadamente 30 mil corpos jogados à flor da terra, como bem lembrou o escritor Pereira (2014), em seu trabalho sobre o Cemitério. Esse local é a prova cabal do crime praticado contra vários africanos que ali desembarcavam, quase sem vida e dos que chegavam já mortos. E como não eram batizados, já que não professavam religiões de origem europeia e tinham as suas próprias africanas, não podiam ser enterrados em lugares cristãos. Assim, foram montados cemitérios para receber exclusivamente negros novos no país. No entanto, conforme vamos tendo conhecimento do tratamento desumano pelo qual os escravizados passaram, mais forte fica o nosso sentimento de indignação. Segundo Pereira (2014), não havia nenhuma preocupação por parte dos órgãos responsáveis pelo enterro digno dessas pessoas. Muitos alegam que a grande quantidade de corpos que chegavam nos portos não permitia um enterro a contento. Outros, informam que isso ocorria por falta de pagamento ou mesmo desleixo, descaso e falta de respeito das autoridades responsáveis, mesmo o local sendo considerado um Campo Santo.

Os relatos são chocantes e por isso tentamos ter o maior cuidado possível nas informações que dávamos para os alunos. Ser didático, nessas horas, é difícil, mas precisamos nos adaptar e entender a complexidade do tema. Contudo, não fomos românticos e não omitimos, mas sim, explicamos que aqueles corpos ali têm voz, e por isso nos levaram até lá, para que contássemos a eles as suas histórias.

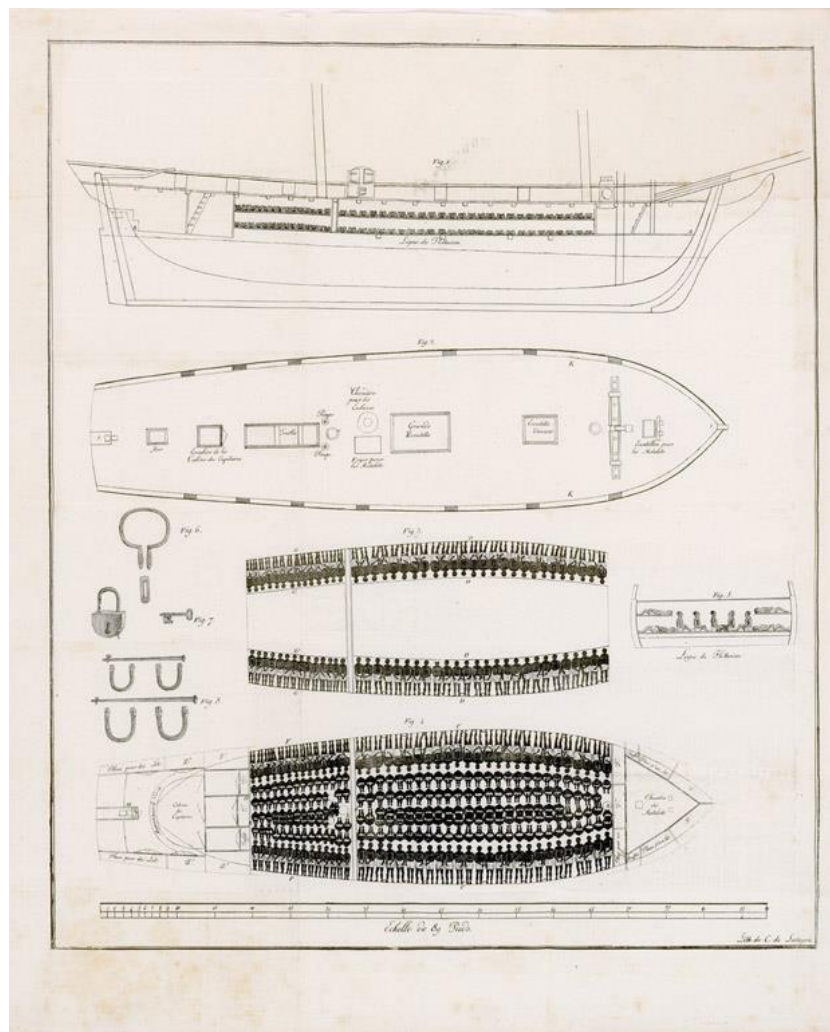
Foi uma experiência inesquecível! Muitos compartilhamentos de vida, emoções reprimidas e explanadas. Uma oportunidade de crescimento pessoal e espiritual. De poder sair desse momento renovado, de constatar quão transformador pode ser um encontro de ideias, ciências vivas. Poder constatar que podemos aprender mais e desenvolver novas perspectivas sobre o mundo. Como Gilroy (2001) disse, não foram apenas corpos, mas também cultura, religião, costumes, hábitos, povos, etnias, crenças, línguas, dialetos, troncos linguísticos e perspectivas diversas.

#### 4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O tráfico transatlântico, realizado entre os séculos XVI e XIX, deixou entre nós marcas ancestrais africanas imutáveis. Estão delineadas em nossos corpos e espíritos. Essa carga genética do continente africano é o reflexo de um processo longo e contínuo que transformou esta parte do continente americano numa verdadeira América Africana.

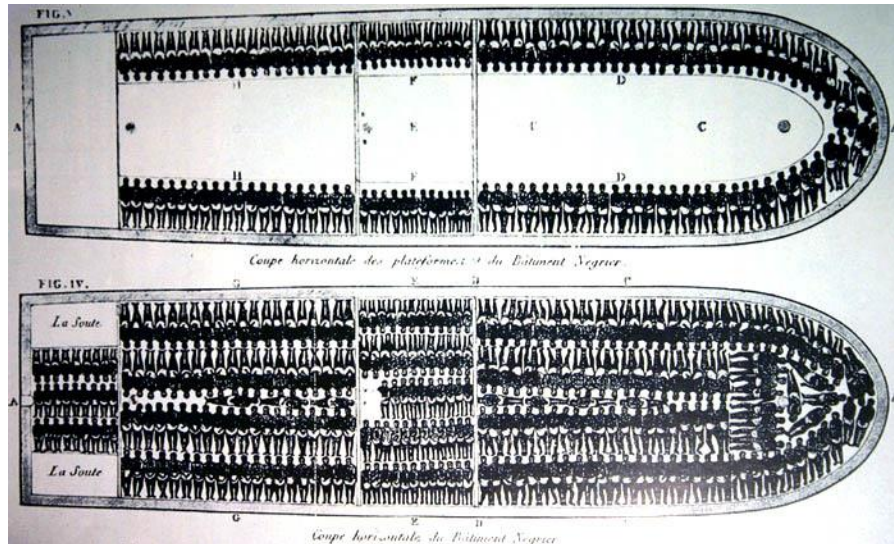
Em todo o mundo, o Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados, e por mais tempo. Durante todo esse período foi possível criar mecanismos legais e econômicos que perpetuavam o massacre contra um grupo em benefício de outro.

**Figura 1** –Navio para o tráfico de escravos africanos



Fonte: SlavesVoyages (2019).

**Figura 2** – Navio para o tráfico de escravos africanos



Fonte:SlavesVoyages (2019).

Diversos autores se debruçaram em pesquisas para entender essa lógica escravista e seus métodos de atuação e manutenção, muitas vezes presos a dogmas religiosos e hierarquias sociais complexas. Entre eles, autores de pesquisa da história social das mentalidades, buscaram reconstruir, através do tempo, o que teria sido esse passado. No caso do tema proposto, um dos caminhos percorridos foi a relação íntima do tráfico transatlântico com o cemitério dos pretos novos. Sua construção, enquanto projeto político e socioeconômico, mas também como uma indústria de moer gente. Afinal o produto final dessa intrínseca relação era a venda de seres humanos ou o seu enterramento em cemitérios próximos ao mercado de escravos. Por tudo isso, um tema despertou a curiosidade de alguns acadêmicos: a morte.

Essa abordagem nos levou a alguns teóricos sobre o assunto. Michelet, por exemplo, desejava, de alguma forma, que os mortos tivessem uma voz audível na sociedade de sua época. Acreditava que o papel do historiador era de “dar vida ao passado”. (PEREIRA, 2014, p.19).

Essa discussão, como bem lembrou Pereira (2014), perpassa o estudo da religiosidade. Ao citar o trabalho de Mariza Soares, ele indica um caminho para o entendimento dessa questão. No entanto, tão importante quanto o trabalho das autoras, temos um diálogo entre Cláudia Rodrigues e João José Reis sobre a morte. E assim desmistifica uma antiga ideia: “a morte havia ocupado os sociólogos, antropólogos, pintores, poetas e agentes funerários, mas não os historiadores”. (PEREIRA, 2014, p. 20).

Fundamentalmente, o resgate do cotidiano, história de pessoas simples, atos corriqueiros que nos levam a entender as relações humanas. Um olhar sobre questões que talvez, não tivessem tanta importância como a lida diária, da fadiga, das alegrias e frustrações, dos desencontros e contradições, das esperanças e ilusões, dos imponderáveis da vida, do nascimento e, por que não dizer, da morte. (PEREIRA, 2014, p. 20).

Na alta Idade Média, o papel central era desempenhado pelo moribundo, que conduzia o ritual de sua própria morte em busca da “boa morte”. O livro ilustrado *Arsmoriendi* (1415, autor desconhecido), ilustra bem esse pensamento medievo: um homem no leito de morte cercado por anjos e demônios que reivindicavam a posse de sua alma. (PEREIRA, 2014, p.20).

O medo e o respeito para com a morte foram características marcantes, tanto para as civilizações ocidentais quanto para as africanas. O imaginário popular criava uma necessidade de cuidar muito bem do morto durante sua passagem, sob pena de retorno destes. E assim, observa Reis (1991, p. 83):

Na cultura popular inglesa circulavam entre o povo ideias sobre a boa morte e sobre o retorno de mortos para perturbar os vivos, caso estes falhassem em garantir-lhes um enterro digno. Muitos condenados ameaçavam inimigos, superiores, carrascos, médicos, ladrões de cadáveres com promessas de persegui-los depois de mortos; outros pediam aos amigos e parentes que os enterrassem com decência, sob pena de retornar para assustá-los. A crença na vida após a morte estava ligada a ideias de justiça, direitos e o valor da vida.

Phillippe Ariès afirma que o homem moderno, ao contrário do homem medieval, perde essa capacidade de presidir a própria morte. A morte passa a ser intermediada pela figura dos médicos higienistas em detrimento dos padres. A morte passa a ser algo repugnante precisa estar distante da realidade cotidiana, da vida doméstica e distante da cidade. (PEREIRA, 2014, p. 21). Como complementa João José Reis “Verificou-se entre outras coisas, uma redefinição das noções de poluição ritual: pureza e perigo agora se definiam a partir de critérios médicos, mais do que religiosos. Durante o século XVIII desenvolveu-se uma atitude hostil à proximidade com o moribundo e o morto, que os médicos recomendavam fossem evitados por motivos de saúde pública” (REIS, 1991, p. 75).

Ariès (1997) ainda divide a morte em etapas: a morte mansa, do primeiro milênio da era cristã; a morte “pessoal”, dos 750 anos seguintes; a ‘vossa morte’ que expressava uma preocupação das famílias com os seus, período que foi do século XIX até o começo do século XX; e a “morte proibida”, que vigorou nestes últimos trinta e poucos anos (ARIÈS, 1997, x.p. apud PEREIRA, 2014, x.p.).

Ariès (1997) faz uma análise, segundo Pereira (2014), dos costumes dos primeiros cristãos, que, ao contrário dos romanos que sepultavam seus mortos extramuros, fora de templos ou moradias, passam a adotar o enterro intramuros. Ou seja, os mortos voltaram a ter contato com os vivos em cerimônias fúnebres, muitas vezes realizadas dentro de casas ou nas igrejas onde eram sepultados.

A esta relação de familiaridade, Philippe Ariès denominou "morte domesticada", representativa de uma forma de encarar a morte, ao mesmo tempo como próxima e familiar, expressa pela vizinhança entre vivos e mortos através da localização das sepulturas no interior das cidades, mais propriamente, das igrejas. Neste sistema, as irmandades passaram a ter, como uma de suas principais funções, a realização dos rituais funerários de seus associados, acompanhando-os da doença à morte, desta à sepultura e daí em diante no "outro mundo", mantendo com eles uma união que, a partir de então, seria selada por meio das orações - e outros sufrágios. (PEREIRA, 2014, p. 21).

Algumas mudanças foram notadas ao longo desse processo em relação à morte. A ressuscitação coletiva deu lugar à ressuscitação individual. E, assim mesmo, depois de sua vida terrena passar por uma balança, na qual seus atos estavam sendo pesados por Deus. Era preciso passar pelo Juízo Final. Antigos sacramentos não eram mais garantias de vida eterna.

Uma outra mudança, que irá influenciar bastante o cotidiano no Brasil, era a importância de ser enterrado próximo aos santos ou mártires dentro das igrejas. Essa dinâmica irá gerar uma hierarquia social também na morte. Os poderosos utilizavam de seu poder e condição econômica para garantir um lugar dentro das igrejas, ao passo que aos despossuídos restavam os adros, o lado ou fora das igrejas. Portanto quanto mais perto ou dentro das igrejas, mais perto do Céu. Quanto mais distante ou fora das igrejas mais distante da felicidade eterna. Os ritos fúnebres já denunciavam esse caráter do catolicismo barroco que dizia muito sobre o morto, como bem definiu Vovelle (1974, x. p. apud REIS, 1991, p. 74): “O funeral barroco se caracterizava pela pompa: o luxo dos caixões, dos panos funerários, a quantidade de velas queimadas, o número de participantes no cortejo – de padres, pobres, confrarias, músicos, autoridades, convidados -, a solenidade e o número das missas de corpo presente, a decoração da igreja, o prestígio do local escolhido para sepultura”. Essa forma de morrer, marcada pelo espetáculo "festivo", forneceu os pilares dos costumes e rituais fúnebres, adotados por grande parte da sociedade brasileira da Colônia ao Império, completa Reis (1991, p. 166).

Em resumo, a partir do século XIV até o século XIX, o sepultamento ganha contornos sociais. Há uma inumação diferenciada, uma separação entre ricos e pobres. Não bastasse as disparidades sociais entre os vivos agora há também entre os mortos.

Esse recorte é importante para analisar a escravidão no Brasil e a lógica do comércio escravista na praça do Rio de Janeiro durante os séculos XVI e XIX. Entender como o Cemitério dos Pretos Novos estava ligado a essa lógica, e como os africanos lidavam com a morte. (PEREIRA, 2014).

A dificuldade que tinham os africanos escravos, e mesmo os libertos, de formar famílias, pode explicar por que eles redefiniram a abrangência semântica da palavra parente para incluir todos da mesma etnia: o nagô se dizia “parente” de outro nagô, jeje de jeje. (REIS, 1991, p.55).

Em uma sociedade hierarquizada, os escravos recém-chegados ocupam o lugar mais baixo desta hierarquia. Recebem tratamento diferenciado em tudo, desde a labuta no eito, até seu sepultamento. (PEREIRA, 2014, p. 30).

A dissertação de Mestrado do professor Júlio César Medeiros é um importante trabalho apresentado nos últimos anos sobre uma região tão pouco explorada pela academia e pesquisadores até então. Trabalha com a temática da morte e o sepultamento de seres humanos recém-chegados (pretos novos) do continente africano no Cemitério dos Pretos Novos. Na verdade, o autor se concentra na criação e fundação desse território considerado Campo Santo. Processo, este, que tem início em 1722, e vai até o seu fechamento do Cemitério, em 1830. (PEREIRA, 2014).

O trabalho do pesquisador nos trouxe uma perspectiva nova sobre o tratamento diferenciado dado aos africanos boçais, como eram chamados, ou seja, os cativos africanos recém-chegados. Seu trabalho se debruça em responder questionamentos que perpassam inquietudes geradas ao longo do processo de investigação. Entre elas: a ausência de

paramentos fúnebres no local, o que nos leva a desconfiar do descaso das autoridades com os corpos desses grupos específicos; o combate travado pelos moradores do local e o poder público e a relação do cemitério com o tráfico de escravizados. Outra preocupação de uma pesquisa dessa magnitude é a tentativa constante de apagamento e registros de memória. E isso fica claro pelo o autor, logo em sua nota à segunda edição, quando sentencia:

É inegável que as marcas da nossa ancestralidade africana estão cada vez mais delineados no corpo e na alma do nosso povo. Nossa mistura étnica autoriza-nos a nos apresentarmos no cenário mundial como portadores de cargas genéticas dos continentes africano e europeu em grande escala. Tal afirmação não é gratuita nem livre de sanções. Essa mesma mistura que nos faz um gigante, também nos torna lentos na hora de agirmos internamente contra os preconceitos e as violências simbólicas, ainda praticadas em nossos meios, por aqueles que desejam negar ou apagar esta marca. (PEREIRA, 2014, p. 9).

E o autor segue com sua preocupação:

Tal tentativa de apagamento dessa marca não é Nova. De forma semelhante tentaram apagar a nossa memória em 1830, quando o cemitério dos Pretos Novos foi extinto, em decorrência da pressão pelo fim do tráfico atlântico, haja vista que tal cemitério era exclusivo para pretos novos, nomenclatura escravista dada aos escravos recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro durante os trezentos anos de escravidão vivenciados no Brasil. Na ocasião, este fora o maior cemitério de escravos de que se tem registro nas Américas, e quiçá no mundo, foi fechado e o seu nome apagado, não porque os corpos não eram sepultados e sim deixados “à flor da terra”, ou devido à extinção definitiva do tráfico, mas sim pela ação de uma manobra política feita para escamotear a continuação do infame comércio escravista que duraria pelo menos mais vinte anos ininterrupto (PEREIRA, 2014, p. 9).

O problema proposto é que, por causa do intenso tráfico negreiro, o volume de mortes e, por conseguinte, de sepultamentos, como veremos adiante, era muito alto. Por outro lado, tais escravos não eram bem sepultados, como relata o viajante alemão G. W. Freireyss, quando de sua visita ao cemitério, em 1814. (MEDEIROS, 2014).

Próximo à rua do Valongo está o cemitério dos que escapam para sempre da escravidão... na entrada daquele espaço cercado por um muro de 50 braças em quadra, estava assentado um velho, em vestes de padre, lendo um livro de recas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados de sua pátria por homens desalmados, e a uns dez passos dele, alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra os seus patrícios mortos, e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver passando em seguida a sepultar outro (...) (PEREIRA, 2014, p. 77).

Estarrecido, o viajante acostumado a visitar cemitérios pela Europa, continua suas observações:

No meio deste espaço havia um monte de terras da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva que tinham carregado terra e ainda havia muitos cadáveres o chão que não tinham sido ainda enterrados. Nus, estavam apenas envoltos numa esteira, amarrados por cima da cabeça e por baixo dos pés. Provavelmente procede-se o enterramento apenas uma vez por semana, como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se a melhor compreensão, queima de vez em quando um monte de cadáveres semi decompostos (PEREIRA, 2014, p.77).

Portanto, as afirmações a seguir de Júlio César faziam todo sentido:

Esse não sepultamento, desrespeitando aos ditames africanos e cristãos, já consistia nessa tentativa de apagamento, pois um povo sem ancestrais é um povo sem um referencial, sem uma matriz cultural, sem raiz e sem origem. Ao se negar um sepultamento digno aos pretos novos, impedia-se que os vivos possuíssem um referencial simbólico capaz de uni-los frente às atrocidades inerentes à vida em cativeiro. (PEREIRA, 2014, p. 77).

Além de Júlio César Medeiros, discutiremos com outros autores que trabalham com o tema tratado. Entre eles, Claudio Honorato, Claudia Rodrigues, João José Reis, Reinaldo Bernardo Tavares e Carlos Eugênio Líbano Soares. Todos eles especialistas nos temas tratados. Seja ele o Complexo Escravagista e/ou o Cemitério dos Pretos Novos.

As pesquisas apresentadas podem nos apontar caminhos para reflexões, possibilidades, hipóteses, conclusões e dúvidas. Não temos a pretensão de decifrar essa complexa temática. Mas falaremos do Complexo do Valongo e da importância da redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos para a historiografia do Brasil e do mundo. Afinal, desses sítios arqueológicos podemos ouvir as vozes daqueles que sempre foram silenciados pelas narrativas eurocêntricas.

Claudio Honorato, historiador, pesquisador do Instituto Pretos Novos, em sua dissertação de Mestrado, *Valongo: O Mercado de Escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831* (HONORATO, 2008), analisa o mercado de escravos do Valongo, destacando a ação sanitária do Senado da Câmara, assessorado pelos profissionais de medicina da cidade, que resultou num acordo para a transferência do mercado de escravos da Rua Direita, centro da cidade para a rua do Valongo, subúrbio da mesma, sobe a alegação de preservar o espaço urbano do contágio das doenças e epidemias. Essa tentativa de controle sanitário que visava a reorganização do espaço urbano como uma política de controle social e como parte de um projeto civilização nacional. Como se dava o tratamento de recuperação de saúde dos escravos novos no lazareto? O sistema de vacinação contra a varíola e o controle pela Junta Vacínica? E como se dava a relação entre negociantes de escravos novos e tais órgãos do Estado? No livro que publicou, baseado em sua dissertação, *O mercado de almas do Valongo*, dedica um capítulo ao Cemitério dos Pretos Novos, de grande interesse para este trabalho. Afinal, seria possível pensar a constituição da sociedade brasileira dos séculos XVI ao XIX sem o trabalho escravo?

Claudia Rodrigues em seu artigo para o livro *Pequeno Dicionário da Escravidão e Liberdade*, nos dá um panorama dos rituais fúnebres a partir da segunda metade do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro. Baseada em uma variedade de fontes impressas e manuscritas, constituídas de crônicas, relatos de viagem, correspondências eclesiásticas e administrativas, assim como registros paroquiais, ela procurou reconstruir como as questões da morte “eram enfrentadas pelos cariocas”. (RODRIGUES, 2018, p. 322-327).

Carlos Eugênio Líbano Soares, em seu trabalho de Pós-Doutorado, desenvolveu importantes perspectivas sobre o comércio de Grosso Trato, e relatos de viajantes perplexos com os maus tratos dados aos africanos, tanto na Praça XV, onde se vendiam seres humanos, na rua Direita, quanto no Valongo, após a sua transferência para lá, em 1769. (SOARES, 2013).

Reinaldo Bernardo Tavares traz uma nova perspectiva histórica sobre o desembarque de cativos africanos na região do Valongo. No artigo *Da alfândega ao Valongo: A entrada*

*dos cativos africanos no Rio de Janeiro no século dezenove sob uma nova perspectiva historiográfica*, ele faz uma análise das práticas portuárias empregadas no comércio de africanos na cidade do Rio de Janeiro durante as duas primeiras décadas dos anos oitocentos. (TAVARES, 2020).

João José Reis, em sua obra *A Morte é uma festa*, coloca aspectos dos rituais fúnebres na Salvador oitocentista, ao afirmar que

apesar das mudanças que muitos dos costumes mortuários africanos sofreram ao longo da escravidão, boa parte foi mantida pelos escravos no Brasil, sofrendo, inclusive, empréstimos do ritual católico; de forma o que as pessoas do candomblé, ainda hoje, são enterradas segundo as normas católicas e as normas africanas. (REIS, 1991, x. p.).

João Reis abordou a questão do negro africano sob a ótica de uma história social da escravidão e contribuiu para o entendimento das atitudes do homem perante a morte no Brasil. Ao se debruçar sobre a *Cemiterada*, na Bahia, João Reis demonstrou que a revolta que abalou as bases de Salvador, em 1836, “foi um episódio que teve como motivação central a defesa das concepções religiosas sobre a morte, os mortos e os ritos fúnebres”, ou seja, a partir daí, abriu-se o campo para uma nova interpretação das ações do homem fora da concepção estritamente econômica, tal como era entendido aquele episódio (PEREIRA, 2014, p.22).

## 5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Procurarei explicar as razões que levaram à transferência do mercado de escravizados da Praça XV para uma região até então inóspita, conhecida por Valongo<sup>1</sup>. Distante da cidade e que irá transformar o modo de comercializar seres humanos na cidade do Rio de Janeiro. É importante conhecer, ainda que de forma sucinta, cada parte de um dos mais importantes complexos escravagistas das Américas. Como se articulava, as mudanças na região, a intensificação do tráfico e o processo de desumanização praticado nos sepultamentos de africanos recém-chegados, conhecidos por pretos novos. A metodologia utilizada foram pesquisas bibliográficas e aulas de campo realizadas entre 2017 e 2020.

Na região do Valongo, criou-se um dos maiores complexos industriais da segunda metade do século XVIII e início do XIX, cuja demanda exigia um único produto: seres humanos. Vindos forçadamente, do continente africano para atender a um mercado crescente e dependente de mão de obra escravizada. Segundo Milton Guran, o Cais do Valongo teve grande destaque no tráfico negreiro: o Cais do Valongo foi o maior ponto de desembarque do tráfico transatlântico. Em torno do cais, se desenvolveu um complexo escravagista com armazéns, pontos de venda de escravos, mercados, casas comerciais. Este foi o maior porto escravagista, com a maior transferência forçada de toda a história da humanidade.

Líbano Soares segue a mesma linha de raciocínio do antropólogo, e ainda explicita a popularidade do regente D. João com os comerciantes de grosso trato<sup>2</sup>.

A compra, armazenamento e venda de escravizados era o negócio mais rendoso na cidade, ao menos desde os primórdios daquele século, quando do início da corrida do ouro. O Cais do Valongo foi, pois, uma obra relevante para o melhoramento da logística de venda e revenda de escravos na cidade, e contribuiu para a alta popularidade do regente e depois rei D. João VI entre os comerciantes de grosso trato no Rio. (SOARES, 2018, p. 421).

A professora Mônica Lima, endossa as palavras de Milton Guran ao afirmar a existência do “infame comércio” e o complexo escravista.

A região do Valongo era, além de principal local de desembarque, o lugar onde se situava o mercado de escravos, com armazéns nos quais se expunha e vendia gente trazida da África. Nessa mesma área ficava um local conhecido como Lazareto, onde se buscava curar os que vinham doentes da horrível viagem, também se situava o espaço em que enterravam os que morriam pouco depois de chegar – o Cemitério dos Pretos Novos. Era todo um complexo escravista nessa parte da cidade do Rio de Janeiro no século dezanove. Hoje em dia não há evidências visíveis do Lazareto, sabendo-se somente de seu local aproximado no bairro da Gamboa.

Segundo Líbano Soares, o complexo escravista do Valongo era formado por quatro setores articulados e próximos uns dos outros: o Cais do Valongo, construído em 1811, em substituição à antiga ponte de madeira que desde 1774 foi usada inicialmente para desembarque dos escravos; o Lazareto dos escravos, fundado em

<sup>1</sup>Valongo: do latim Vulgar "*vallumlongum*", "vale logo". Cite o histórico sensível. Em torno se encontravam os armazéns nos quais os cativos recém-chegados eram expostos e vendidos.

<sup>2</sup>Mercador responsável por transportar e negociar grandes capitais para o estabelecimento da Corte no período em que a Família Real se hospedou no Brasil. Por meio dele a Corte mantinha relações de troca de gêneros tropicais e de escravos com outros países.

1810, hospital para atendimento dos cativos africanos que chegavam com enfermidades após a viagem atlântica, localizado no litoral oeste da península da Saúde; a rua do Valongo, atual rua Camerino, onde estavam as lojas de venda dos recém chegados, os trapiches, as casas de engorda e as de alguns comerciantes de grosso trato; e o Cemitério dos Pretos Novos, para onde eram levados os corpos dos cativos africanos recém-desembarcados que não resistiam à travessia. (SOUSA, 2018, p. 419-420).

### **5.1 O Cais do Valongo: desembarque de seres humanos escravizados**

As obras de reurbanização da zona portuária, iniciadas pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2011, com o nome de projeto Porto Maravilha, foram surpreendidas, logo no início das escavações, na Praça Jornal do Comércio. Elas toparam, a poucos metros da superfície, com restos de antigos cais ali instalados. Eram dois cais de pedra do século XIX: o Cais da Imperatriz (1843) e o Cais do Valongo (1811). Este foi o mais importante entreposto negreiro da cidade na época de intenso tráfico de escravos africanos no país (1774-1831). Devido à mobilização da sociedade civil e de entidades do movimento negro organizado, o cais não foi destruído em definitivo e, mais adiante, o sítio arqueológico do Cais do Valongo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (SOARES, 2018).

Os conflitos entre diversos agentes do tráfico na cidade colaboraram para que o Senado da Câmara decidisse pela transferência do comércio de seres humanos escravizados para a periferia.

O mercado de escravos da Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) entrava em cheque. O vice-rei, Marquês do Lavradio, em 1774, pressionado, ordenou, sua transferência para o litoral norte da cidade, na freguesia de Santa Rita, área entre o litoral e os morros de São Bento, Conceição e Livramento:

Os negros, que vêm dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se achavam nela, como os que vieram chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada a vista da Saúde, sem saltarem à terra, sejam imediatamente levados ao sítio do Valongo, onde se conservarão, desse a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída e se curarão os doentes e enterrarão os mortos, sem poderem jamais saírem daquele lugar para esta cidade, ou mais justificados motivos que haja e nem ainda depois de mortos, para enterrarem nos cemitérios da cidade (...) (PEREIRA, 2014, p.71).

O objetivo do Vice-Rei era impedir a circulação de africanos na área nobre da cidade (cativos africanos recém-chegados), como dissemos anteriormente (SOARES, 2018, p. 419-425).

O autor descreve o antigo mercado de escravos na Praça XV antes da transferência para zona portuária: o mercado ainda se situava na rua 1º de Março, antiga Rua Direita e os escravos desembarcavam na antiga Praia do Peixe, atual Praça XV, em meio a cargas das mais variadas. Ali mesmo eram vendidos ou levados ao mercado, e os mortos encaminhados para o Cemitério dos Pretos Novos, no Largo de Santa Rita (PEREIRA, 2014, p. 67).

Não era só a circulação de cativos africanos em áreas nobres do Centro do Rio de Janeiro que forçara a mudança do mercado da praça XV para o Valongo. A questão sanitária

foi um dos fatores determinantes: a mortalidade escrava, assim como as epidemias que assolavam a colônia, motivaram clamores contra o mercado (PEREIRA, 2014, p. 70).

Os comerciantes da região também reclamavam constantemente da falta de estrutura e dos atravessadores do complexo da Praia do Peixe:

Em razão do descuido e da falta de organização na hora da venda dos escravos, os comerciantes de escravos sentiram a necessidade de um novo local de mercado, pelo menos mais ordeiro, no qual pudessem chegar com presteza, tão logo aportasse um navio negreiro. A reclamação dos senhores de engenho, junto à Coroa, em razão da presença de atravessadores, que chegavam primeiro e revendiam os escravos por preços mais altos. (PEREIRA, 2014, p. 69).

Em um dos seus relatos, o Marquês do Lavradio, vice-rei, relata como se fazia no antigo mercado:

Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcaram no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus(...) e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua. (PEREIRA, 2014, p. 69).

Chegara o momento de se colocar o incômodo local de venda fora dos contornos da cidade. O detalhe é que não se criticava o comércio, mas sim o local e a forma como era praticado. Ou seja, exige-se mudança do local do mercado, mas não da sua estrutura.

Portugal tornou-se o principal importador de seres humanos nos fins do século XVIII e início do XIX. O que gerou investimentos na colônia. Alguns fatores contribuíram para isso.

O Cais do Valongo foi a única obra de infraestrutura portuária em pedra construída na gestão de d. João VI no Brasil. Em 1808, Portugal se tornava das últimas nações ultramarinas europeias a manter o tráfico atlântico de escravos africanos. A Revolução Francesa de 1789 tinha eliminado o tráfico para suas colônias; em 1807 a Inglaterra havia tornado ilegal seu próprio comércio oceânico de escravos; em 1791, com a Revolução Haitiana, entra em colapso a mais importante região fornecedora de açúcar do Caribe; a Revolução Americana e a independência das nações hispano-americanas tinham reduzido muito a demanda por escravos africanos no hemisfério ocidental. Assim, Portugal pôde intensificar suas trocas, sobretudo em Angola, sem temer a concorrência estrangeira. Outro fator decisivo foi a alta nos preços do açúcar e do café na Europa, em parte pela ascensão da nova burguesia. Dessa forma, no fim do século XVIII a demanda de escravos africanos no Brasil aumentava sensivelmente. (SOARES, 2018, p. 419-425).

Para a professora Mônica Lima, alguns acontecimentos têm suscitados interesses e debates sobre os estudos da História da África e dos africanos no Brasil. O reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Cultural da Humanidade tem ajudado muitos pesquisadores, pela sua grande relevância histórica. Considerado um bem tombado pelo seu valor universal excepcional, ou seja, por possuir características únicas que o apresentam como um monumento reconhecido pela humanidade como especial e importante para a história.

## 5.2 Os Lazaretos

“Assim como a concepção e o termo Quarentena são de Vêneto, os espaços para reclusão e tratamento de doentes portadores de doenças infecciosas, os lazaretos, também tem origem italiana”. (RAMOS, 2020, x. p.).

Uma das muitas perguntas constantes nas aulas pela pequena África referem-se ao desembarque de cativos. “Os escravos eram vendidos imediatamente após o desembarque?”

Para o pesquisador Tavares (2020), os documentos demonstraram que antes da obrigatoriedade da quarentena os africanos escravizados eram vendidos tão logo desembarcassem. Como afirma abaixo:

Os documentos primários analisados, tanto textuais quanto pictóricos, portanto, atestam a primeira experiência dos cativos em terra firme e resgatam a importância da alfândega do Rio de Janeiro no processo de diáspora africana. Era da alfândega do Rio de Janeiro que as arqueações de cativos africanos partiam para diversos destinos no Brasil. Antes da obrigatoriedade de quarentena nas ilhas das Enxadas e Bom Jesus, três modalidades básicas de comércio podiam ser praticadas já a partir do desembarque, visando a interiorização da carga: o leilão direto, em atacado: a remessa de carga consignada, com o efetivo embarque para outros pontos do litoral; e o negócio no varejo, destinado à venda direta para o pequeno consumidor. (TAVARES, 2020, p. 349).

Após a quarentena, significando os oito dias de interdição obrigatória da carga viva, os comerciantes tinham autorização para vender os africanos no Mercado do Valongo. Assim dá-se início à segunda etapa do processo de importação de cativos. Após sua chegada no porto do Rio de Janeiro e desembarcados, para então seguirem em um primeiro momento para as Ilhas das Enxadas, e posteriormente para a Ilha de Bom Jesus, onde cumpriam quarentena.

Mas onde era realizada a descarga das arqueações?

O Lazareto foi instituído em 1810 por ordem do Regente D. João VI. Era uma obra particular, gerenciada pelas maiores fortunas do tráfico de cativos da cidade:

O Lazareto da Gamboa teria capacidade para manter, em suas dependências, de uma só vez mil escravos. Os negociantes que o construíram – João Gomes Valle, José Luiz Alves e João Álvares de Souza Guimarães – recebiam 400 réis por escravo recolhido na instalação que tiveram em sua construção. Hoje o local não existe mais. (RAMOS, 2020, x. p.).

Esses magnatas fiscalizavam as embarcações, juntamente com servidores reais, e internavam os "pretos novos" enfermos. As doenças mais comuns eram glaucoma, sarna, disenteria, varíola (bexiga), todas relacionadas com as péssimas condições sanitárias das embarcações. Quase um quarto dos escravos vindos da África eram portadores de enfermidades. Os administradores privados do Lazareto cobravam um preço alto dos armadores e capitães negreiros (sócios do negócio, como eles) pela quarentena dos cativos, o que gerou uma representação de grande parte dos comerciantes para o rei, pedindo revisão do valor das taxas.

(...) calculando-se a despeza da construção, que excederá a Cem mil Cruzados, a da conservação, reparo utensílios e administração daquelle Lazareto, e a responsabilidade dos proprietários por todos os Escravos nelle recolhidos, ordenou S.A.R. pelo Aviso de 6 de maio do correnteanno que se pagasse aos mesmos

proprietários 400 reis por cada Escravo que ali fosse recolhido. (RIO DE JANEIRO, 1811, x. p.).

Os números crescentes do tráfico negreiro na cidade nas primeiras décadas do XIX apontam uma imensa população escrava assistida pelos médicos, num espaço razoavelmente módico. Em 1804, o governo da cidade instituiu para os "escravos novos" a vacinação obrigatória contra a varíola, o que deve ter reduzido a mortalidade. Iria demorar cem anos para a medida atingir a população pobre livre. (SOARES, 2018, p. 419-425).

A Ilha de Bom Jesus da Coluna, na Baía de Guanabara, hoje parte do complexo da Ilha do Fundão, era o destino oficial dos escravizados contaminados do tráfico transatlântico para quarentena e isolamento. Foi, “durante mais de um século o destino oficial de africanos escravizados que precisavam de isolamento para tratamento ao desembarcar na cidade do Rio de Janeiro com doenças epidêmicas ou contagiosas”. (RAMOS, 2020).

A igreja do Bom Jesus da Coluna, erguida no início do século XVIII, deu nome à ilha. A igreja fazia parte do convento franciscano. Funcionou como hospital até a segunda metade do século XIX quando D. Pedro II resolveu transformá-lo em asilo para os inválidos da Guerra do Paraguai.

Sob a administração franciscana, a ilha era conhecida pela igreja, convento e o hospício nela situados. Entre as últimas décadas do século XVIII e os trinta primeiros anos do século XIX, com a construção do Lazareto da Gamboa, centenas de milhares de cativos africanos, desembarcavam no Rio de Janeiro, muitos deles vitimados por alguma doença infecciosa durante o trajeto.

Depois do período de isolamento para tratamento, os que se recuperavam eram enviados para exposição e venda nos mercados de escravizados, principalmente na região do Valongo. Os que não resistiam e vinham a óbito eram sepultados no Cemitério dos Pretos Novos, na região do Valongo. Atualmente, a área abriga o Santuário Militar de Bom Jesus da Coluna. (RAMOS, 2020, x. p.).

Como o Lazareto na Ilha da Bom Jesus da Coluna ainda ficava distante, a Coroa incentivou os comerciantes a construírem um novo lazareto na região do Valongo. Neste sentido, o Alvará de 28 de julho de 1810, estabelece:

XI. Constando das averiguações a que procedeu o Provedor Mór da Saúde, que a Ilha de Jesus era mui distante desta Cidade, e com passagem de mar, e por estas razões menos próprias para a quarentena que devem fazer os escravos novos; e attendendo, que não é esta rigorosamente necessária para os que chegam sãos, e sem suspeita de epidemia: determino, em declaração dos §§ V. e VI. do Regimento que o lugar da quarentena seja adiante do sitio da Saúde, designado pelo Provedor Mór; e que desembarcados nelle os escravos que chegarem sãos, sendo lavados, envoltos em roupas novas, se entreguem logo a seus donos para os poderem vender nos seus armazéns, ficando em quarentena os doentes ou empestados pelo tempo que for julgado necessário. (RIO DE JANEIRO, 1811, x. p.).

### **5.3 A Alfândega: local de tributação dos corpos escravizados**

A alfândega foi muito importante para o controle dessa organização comercial. Principalmente para fiscalização e tributação.

Os navios negreiros que chegavam tinham que passar antes por ela para inspeção e cobrança de impostos por mercadoria. Os traficantes pagavam taxas sobre escravos acima de três anos de idade, e somente depois dessa rotina burocrática os africanos eram levados à costa, em barcos menores, para serem leiloados nos galpões ou praças públicas do Valongo. E Tavares (2020, p. 73) complementa: “Os cativos que não fossem vendidos eram levados para outras regiões ou países vizinhos”, e explica a dinâmica da chegada dos escravos:

[...] o papel da alfândega, onde as levas de africanos seguiam para contagem, registro e pagamento de impostos por parte dos negociantes, sendo logo em seguida reembarcados e enviados para a quarentena. A descarga final, por sua vez, ocorria apenas após o exame das autoridades sanitárias (Provedoria da Saúde) e o cumprimento de um período mínimo de oito dias de quarentena prévia. (TAVARES, 2020, p. 73).

O autor, em recente artigo, apresenta novos elementos a essa complexa máquina de produção de mão de obra escravizada, “a partir da diferenciação conceitual entre desembarque e descarga final das arqueações de cativos”. (TAVARES, 2020, x. p.).

O autor se utiliza de fontes primárias inéditas, relatos de viajantes e fontes documentais tradicionais. O texto contempla o processo de importação de escravizados, resgatando a importância do papel da Alfândega do Rio de Janeiro, como primeiro local de desembarque, e deslocando para o litoral da Saúde, no antigo bairro do Valongo, a área de descarga final das arqueações de africanos. O autor “contraria” a ideia de que o Valongo, teria sido a porta de entrada dos milhões de cativos africanos que chegaram ao Rio de Janeiro.

Como já dissemos, o comércio de cativos africanos no Brasil se perpetuou por mais de quatro séculos. Além disso, foi praticado em todas as regiões do país, o que torna um grande desafio para os pesquisadores apresentarem números mais precisos para tamanha crueldade. Essa regionalização do tráfico, segundo o autor, em um país de dimensões continentais dificulta, e muito, a contabilização do número de cativos importado de África para o Brasil. (TAVARES, 2020, p. 342).

E a cidade do Rio de Janeiro, além de atender o mercado de escravos local, servia de entreposto comercial para outras províncias. Como observa Tavares (2020, p. 342):

O mercado de escravos na cidade do Rio de Janeiro tinha alcance local e regional, pois atendia à província do Rio de Janeiro e as províncias de Minas Gerais e São Paulo (Fragoso 1992). Era formado por associações entre poderosos comerciantes de “grosso trato” que comandavam os negócios negreiros internacionalmente, desde o embarque nos portos de África, passando pelas operações de venda e distribuição, a partir do porto do Rio de Janeiro, por pequenos mercadores varejistas submetidos economicamente, aos primeiros através do controle de crédito, e em função de poderes, políticos, sociais e comerciais.

Não à toa, o texto segue com um “censo” do início do século XIX: “No Brasil, estima-se que em 1800, já havia quase um milhão de escravos, dos quais 10% estavam concentrados nas zonas urbanas, e o restante trabalhava na agricultura, pesca, transporte e mineração”. (LUNA; KLEIN, 2010, x. p. *apud* TAVARES, 2020, p. 343). O Valongo tornara-se o maior

centro de redistribuição de mão de obra cativa do país. Essa reprodução da economia mercantilista baseada no sistema escravista criou uma série de relações sociais pautadas no controle desse comércio em transformação. (HONORATO, 2008).

Com o acordo bilateral entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha, o tráfico de escravos foi proibido na década de 30 do século XIX, desarticulando o complexo do Valongo. Nesse contexto, Tavares analisa o surgimento das casas de negócios variados, sorrateiros, através de transações comerciais que geravam lucros e que aceitavam desde dinheiro e mercadorias, até escravos e demais objetos de valor, visando burlar a fiscalização estatal. (SOARES, 2007, p. 43-44).

Um dos grupos mais afetados com a proibição do tráfico negreiro e o processo de ilegalidade foram os comerciantes de escravos, que antes eram vistos como empreendedores de sucesso, e passaram a ser equiparados a gananciosos piratas, uma vez que passaram a ser, de fato, contrabandistas. (TAVARES, 2020, p. 343).

No entanto esse “infame comércio”, tão lucrativo e amplamente espalhado pelo vasto litoral brasileiro, teve como aliado a inércia do Estado em fiscalizar. (RODRIGUES, 2000).

Para Tavares (2020), a grande responsável pelo destaque da alfândega associada à diáspora africana foi a pesquisadora Mary Karasch a partir de sua obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* publicada em 2000:

As primeiras impressões dependiam, no entanto, do período. Antes de 1824, os navios negreiros entravam livremente no porto para descarregar suas “cargas” no centro do Rio. Depois de ancorar ao largo e passar por formalidades oficiais, as tripulações dos navios tinham permissão para transferir os africanos para barcas a remo menores e levá-los para a alfândega, no distrito comercial. As autoridades alfandegárias contavam-nos por sexo e anotavam o número de crias que acompanhavam mães. Depois que os importadores pagassem os impostos sobre todos os escravos acima de três anos de idade, os africanos eram levados em grupos para o local do leilão. Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados perto da alfândega e seus destinos eram determinados logo após o desembarque. Os que não fossem vendidos naquele dia eram então conduzidos para casas a fim de restaurarem a saúde e serem preparados para venda[...]. Embora estivessem estabelecidos no distrito comercial havia catorze anos, os negociantes de escravos foram proibidos em 1824 de ali vender novos africanos, sendo obrigados a mudar seus negócios para o Valongo. Porém, os africanos ainda tinham de desembarcar e ser contados na alfândega antes de atravessar as ruas do Rio até o Valongo, onde eram guardados em casas ou armazéns para esperar a venda. Em 1830, quando o tráfico de escravos foi declarado ilegal, a parada intermediária na alfândega foi eliminada. (KARASCH, 2000, p. 73-74).

Numa carta do Intendente Geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana, tem-se uma pista do local que os cativos africanos deveriam ser descarregados:

Nesse documento fica determinado que fosse feita a separação dos escravos doentes de bexigas ou escorbuto, dos sãos. Os primeiros deveriam ser levados para a Ilha das Enxadas, enquanto “os sãos desembarquem para o lugar que está detrás do trapiche da saúde”. E, ainda, “Aqueles que estiverem no primeiro caso deverão vir ancorar mesmo de frente do Trapiche da Saúde, para dali fizeram o desembarque”. (TAVARES, 2020, p. 350).

Alinhado à tese de Karasch (2000), segundo a qual acontecia um desembarque obrigatório na alfândega para os desembarques burocráticos: mesmo com a obrigatoriedade do desembarque na alfândega, fica proibida, após 1808, a entrada dos cativos recém-chegados através da região central da cidade, a saber, Rua Direita e adjacências, assim como tráfego a pé, para sua condição até o Mercado do Valongo. O documento indica claramente que após 1808 as arqueações eram transportadas para a região do Morro da Saúde, ou melhor ‘por detrás do Morro da Saúde, no atual bairro da Gamboa. As embarcações que continham doentes eram obrigadas a descarregar arqueações diretamente na Ilha das Enxadas, não sendo permitido nem mesmo o desembarque primário na alfândega. (TAVARES, 2020, p. 352).

A chegada da família real fez com que a prática portuária fosse revisada. Organizou-se as operações de desembarque e descarga de cativos africanos sob a tutela da Intendência Geral de Polícia da Corte. O alvará de 02/01/1810 determina a substituição do ponto de ancoragem das embarcações carregadas com arqueações de cativos da Ilha das Enxadas para Ilha de Bom Jesus, enquanto não existia o Lazareto da Gamboa.

IV. As sobreditas embarcações nacionais e estrangeiras, que forem do comércio, pagarão por entrada para o Lazareto, a saber: os navios, corvetas e bergantins 2\$000; as sumacas 1\$200; e os barcos da Costa 400réis; o que será arrecadado na alfândega na ocasião em que se cobram os mais direitos do porto, remetendo-se todos os meses para o cofre da Saúde; e que o produto desta imposição se pagará os ordenados, e farão as mais despesas deste estabelecimento. Quando, porém, estiverem em quarentena pessoas e mercadorias, deverão pagar as despesas que com elas se fizerem, como é prática nos mais Lazaretos; o que se regulará e taxará no Regimento particular, que se há de fazer para o sobredito lazareto.

V. Os navios que trouxerem carga de escravos esperarão no ancoradouro do Poço, ou no da Boa Viagem, até que se faça a visita da Saúde pelo Guarda-Mór e demais oficiais; e feita ela irão ancorar, e ter quarentena no ancoradouro da ilha de Jesus.

VI. No ato da visita se determinarão os dias que cada um destes navios deve ter de quarentena, conforme as moléstias que trouxer, mortandade que tenha havido, e mais circunstâncias que ocorrerem; porém nunca terão de quarentena menos de oito dias, em que os negros estejam desembarcados, e em terra na referida ilha para ali serem tratados, fazendo-os lavar, vestir de roupas novas, e sustentar de alimentos frescos; depois do que se lhes dará o bilhete de saúde e poderão entrar na Cidade para se exporem à venda no sítio estabelecido do Valongo.

VII. O referido tratamento deverá ser feito debaixo da inspeção do Guarda da Saúde que ali deve assistir, ou do Guarda-Mór, que deve cuidar também desse estabelecimento, qual constrangerá os donos a praticar estas providências; e no caso em que tenham omissão nas primeiras 24 horas, o mandará fazer à custa deles e para pagamento das despesas requererá as minhas justiças mandatos executivos, para penhorar e fazer arrematar bens que bastem para o mencionado pagamento, e para as custas respectivas. (Câmara dos Deputados [CD], Alvará quedá regimento ao Provedor Mor da Saúde, 22 jan 1810) Outro documento, ainda mais relevante do que o anterior, que vem também direto do Príncipe Regente, D. João VI, vai apontar a região da Gamboa, “adiante do sítio da Saúde”, ou seja, por detrás do Morro da Saúde, como o local de quarentena e “descarga” das arqueações para a região do Valongo. É o alvará de 28 de julho de 1810<sup>37</sup> – “Marca os emolumentos que devem perceber os empregados das Provedorias Móres de Saúde deste Estado”.

No documento, precisamente no artigo XI está assim descrito:

XI – Constando das averiguações a que procedeu o Provedor Mór da Saúde, que a Ilha de Jesus era mui distante desta Cidade, e com passagem de mar, e por estas razões menos própria para a quarentena que devem fazer os escravos novos; e attendendo, que não é esta rigorosamente necessária para os que chegam sem suspeita de epidemias: determino, em declaração dos §§V. e VI. do Regimento que o

logar da quarentena seja adiante do sitio da Saúde, designando pelo Provedor Mor; e que desembarcados nelle os escravos que chegarem sãos, sendo lavados, envoltos em roupas novas, se entreguem logo a seus donos para os poderem vender nos seus armazéns, ficando de quarentena os doentes ou empestados pelo tempo que julgar necessário (CD, Alvará que marca os emolumentos que devem perceber os empregados dos Provedores Móres de Saúde desse Estado. 28 jul 1810). (TAVARES, 2020, p. 352).

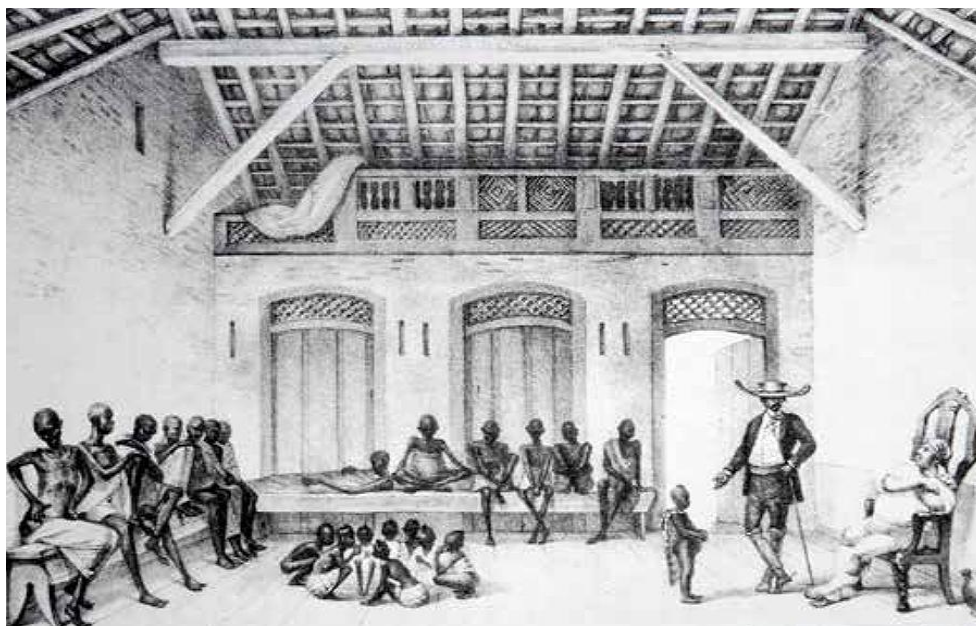
O próximo texto publicado por Honorato (2011), é uma reclamação pelo alto valor pago de aluguel dos galpões destinados ao desembarque e venda de cativos africanos. Esse fragmento foi apresentado a sua Alteza Real D. João, em 1810, por proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos:

[...] os proprietários são obrigados pela visita da saúde a desembarcarem as armações inteiras em um armazém da Gamboa a título de Lazareto para se pagarem aos proprietários do dito armazém, quatrocentos reis por cada um por entrarem nele, serem lavados, e vestidos de novo para saírem para os outros do Valongo, lugar destinado a venda deles [...] (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscrito II-34,26,019, documento 65, Representação dos Proprietários, Consignatários e Armadores de Resgate de Escravos a Sua Alteza Real, [?] jul 1810). (...). (TAVARES, 2020, p.353).

Desde a chegada no Lazareto, até o desembarque no Cais do Valongo, do Mercado de Escravizados até os Cemitérios dos Pretos Novos, muitas águas, rios e oceanos e pântanos passaram. A bagagem trazida por diversos povos do outro lado do Atlântico desaguou nas Américas Portuguesas, Espanhola e Inglesa. Formando assim uma América Africana. Com novos contornos étnicos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Descrevemos a viagem desses milhões de africanos, em navios negreiros ou tumbeiros, em jornadas que levavam entre quarenta e setenta dias. Eram colocados na pior parte dos navios: os porões. Normalmente, escuros, insalubres, não muito espaçosos e onde, sequer poderiam ficar em pé. Nesse ambiente, os africanos precariamente comiam, bebiam e, nesse mesmo espaço, urinavam e defecavam. Com essas precaríssimas condições de higiene, não raro eram acometidos de diversas doenças. Por esta razão, somente depois de diagnosticados e tratados é que eram liberados para o desembarque no Cais da Praça XV e tempos depois no Cais do Valongo. Mas nunca sem antes passar pela Alfândega (hoje Casa França Brasil) para tributação.

**Figura 3** – O Mercado “de carne humana” do Valongo



Fonte: Jean-Baptiste Debret. *Mercado da rua do Valongo* (1835).

Estima-se, de forma conservadora, que a partir de 1580, começaram a chegar regularmente os primeiros grupos de africanos escravizados no Brasil. Mas somente mais tarde, em 1640, o negócio negreiro se expande com mais força, aumentando o número de cativos com o incremento do cultivo de cana de açúcar e a criação de novos engenhos nas capitanias do nordeste brasileiro e na capitania de São Vicente, incluindo o Rio de Janeiro, sobretudo nas atuais áreas da Zona Norte e Oeste da cidade.

O processo a que estes homens e mulheres (em sua maioria, muito jovens) foram submetidos é de uma violência descomunal. Pelas ruas do bairro do Valongo, estima-se que tenham passado centenas de milhares de africanos capturados para servirem à escravidão, como dissemos anteriormente. As normas, criadas em fins do século XVIII, referentes ao Cemitério de Pretos Novos são medidas associadas ao estabelecimento do Valongo como local principal de desembarque, considerando o interesse das autoridades em ordenar aquele comércio de africanos escravizados:

Ainda que não tenha sido este o intuito primeiro do Marquês, a mudança do mercado para o Valongo saiu-se como um golpe contra aqueles que viviam de comprar escravos doentes e moribundos, tratá-los e revendê-los – os chamados, pelos senhores de engenhos, de “atravessadores”. Neste novo sistema, os doentes eram radicalmente separados do contato dos sãos e levados para ilhas próximas a fim de permanecerem em observação. Concomitantemente, o mercado passou a ser regulado e abastecido regularmente com as “peças da Índia” como o único local possível para a obtenção de escravos. Dito de outro modo, a concentração de toda a mercadoria humana em um só ponto da cidade facilitou o acesso de consumidores, diferentemente da situação anterior, na qual várias casas espalhadas pela rua Direita e adjacências da Praia do Peixe exibiam seu comércio cada uma em seu tempo. (PEREIRA, 2014, p. 72).

Se a mudança pretendida pelos ricos comerciantes, de acabar com os atravessadores foi “bem sucedida”, o mesmo não se pode falar da intenção do Marquês do Lavradio de “primar pela limpeza e organização” fazendo “cessar o terrível costume dos escravos recém-chegados fazerem suas necessidades em público”. Essa tentativa de recriar um espaço

destinado exclusivamente ao comércio, assim como minimizar o número de cativos mortos, mostrou-se frustrada.

O viajante G. W. Freireyss descreve assim a região do Valongo em 1814:

As doenças eram inúmeras e pareciam estar relacionadas a fadiga, as misérias e maus tratos que sofreram na viagem e de que são de consequências. Muitos morrem de febres infecciosas, disenteria, escorbuto, nostalgia etc., antes de chegarem ao novo senhor, mas também muitos logo depois. A varíola vítima também anualmente uma grande porção dos infelizes, não obstante, porém, podem ser vacinados gratuitamente, par o que o governo mantém postos vacínios em muito lugares. A indiferença, porem dos traficantes pela vida dos escravos par o interior saem da capital sem terem vacinado um só preto. Não se pode negar, todavia que a maior parte sucumbe por falta de cuidados e bens médicos. (HONORATO, 2008, p.119).

O médico naturalista dr. F.J. T. Meyen, do navio Princesa Louisa, faz uma descrição de sua visita ao Mercado do Valongo um pouco antes do tráfico se tornar ilegal, em 1831 Embora cheia de preconceitos, seu depoimento nos traz mais dados sobre a crueldade do mercado de escravos.

Visitamos os Depósitos de Escravos no Rio e encontramos muitas centenas praticamente nus, os cabelos todos cortados, parecendo medonhos. Estavam sentados em bancos baixos ou amontoados no chão, e sua aparência nos fez estremecer. A maioria daqueles que vimos era de crianças, quase todos tinham sido marcados com ferro quente no peito ou em outras partes do corpo. Devido à sujeira dos navios e que haviam trazidos e à má qualidade de sua dieta (carne salgada, toucinho e feijão), tinham sido atacados por doenças cutâneas, que a princípio pareciam pequenas manchas e logo e transformavam em feridas e corrosivas. Devido à fome e miséria, a pele havia perdido sua aparência preta e lustrosa. E assim, com as manchas das erupções esbranquiçadas e cabeças raspadas, com suas fisionomias estúpidas e pasmas, certamente pareciam criaturas que dificilmente alguém gostaria de reconhecer como seu próximo. Para nosso espanto, encontramos no Rio pessoas reputadas pela cultura e humanidade que friamente nos asseguraram que não deveríamos supor que os negros pertenciam à raça humana. De acordo com esses princípios extraordinários os escravos eram (como alardearam as pessoas no Rio) tratados muito brandamente. Deve-se ter vivido o bastante para estar acostumado à sua miséria e degradação, par compreender tal maneira de falar. (HONORATO, 2008, p. 115).

Outro viajante estrangeiro contesta a preocupação em minimizar mortes de cativos no novo mercado do Valongo. O espanhol Juan Francisco Aguirre sentenciou: “os africanos eram espancados e jogados no chão entre mil imundícies, quase nus, encurralados em miseráveis habitações”. (PEREIRA, 2014, p. 73).

Para não deixar dúvidas do tratamento dado aos cativos e como o Valongo se tornara um mercado de carne humana por várias décadas, o viajante C. Brand relata a precariedade do comércio local:

A primeira loja de carne em que entramos continha cerca de trezentas crianças, de ambos os sexos, o mais velho poderia ter doze ou treze anos e o mais novo, não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados e um imenso armazém, meninos de um lado e meninas de outro, para melhor inspeção dos compradores; tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrados na cintura; [...] o cheiro e o calor da sala eram repugnantes. (PEREIRA, 2014, p. 73).

Os documentos da Provedoria da Saúde e os relatos de viajantes nos, ajudam a reconstituir como se dava o controle sanitário, das moléstias e outras doenças a que estavam sujeitos os escravos recém-chegados, assim como o tipo de tratamento que lhes era conferido. Nos dão pistas das condições de travessia do Atlântico, alimentação e a acomodação nos locais de quarentena, e depois nos depósitos dos armazéns do Valongo, objeto específico desse trabalho. (HONORATO, 2008).

Apresentamos diversos relatos de estrangeiros sobre o mercado de escravos do Valongo. Sua importância econômica, a dinâmica social e seus personagens sejam eles comerciantes, estrangeiros ou escravizados. Afinal, o intenso tráfico de seres humanos, a estrutura mercantil e o complexo do Valongo eram uma realidade para a sociedade da época. Na segunda década dos oitocentos já existiam grandes estabelecimentos comerciais no Valongo, um dos lugares mais procurados do Rio de Janeiro. Casas comerciais, de importação e exportação, depósitos de armadores e trapiches. O número de embarcações só aumentava com o passar dos anos e com isso, os leilões e o transporte de cativos por embarcações menores para outras regiões litorâneas. O comércio seguira o mercado e, com ele, as pessoas. (PEREIRA, 2014).

No entanto, se por um lado temos traficantes lucrando cada vez mais com o tráfico negreiro, por outro o número de mortos cresce na mesma proporção. E fica claro que as estruturas do comércio escravista uma voz não é ouvida: dos cativos africanos.

Para alguns escravos, o fim do caminho percorrido levava à morte. Caprichosa e costumeira, sua presença se fazia constante entre os malungos desde a captura na África, no traslado pelo interior do continente em ‘manilhas e libambos’ e nos tumbeiros, onde ela, teimosa, desfazia erecriava nos círculos de afetividade. (PEREIRA, 2014, p. 74).

**Figura 4 – O mercado do Valongo**



**Fonte:** Graham (1824).

#### 5.4 O Cemitério dos Pretos Novos: um sítio arqueológico escondido por 166 anos

Próximo à Rua do Valongo está o cemitério dos que escaparam para sempre da escravidão. O cemitério dos Pretos Novos foi fechado em 1830, em decorrência de inúmeras reclamações dos moradores dos moradores que aos poucos tinham povoado o lugar. Além disso havia um tratado de extinção do tráfico imposto pela Inglaterra, ratificado em 1827, para entrar em vigor três anos mais tarde. Em tese, se não havia mais tráfico, não podia haver pretos novos, e sem esses não podia haver cemitério para pretos novos. A história do tráfico é outra, mas o cemitério foi de fato fechado.

Mais de 160 anos depois, ele foi “achado” pela família Guimarães dos Anjos, na região da Gamboa, em 1996. E sobre ele teceremos parte de nosso capítulo. Daremos voz aqueles que resolveram falar depois de tanto tempo escondidos debaixo da terra. Por mais que tentássemos retratar, explicar ou trazer toda essa história de angústia, sofrimento, mas também de luta e resistência, não conseguiríamos chegar à mesma intensidade daqueles que lá estão. Não são poucas vozes, pois estamos falando de aproximadamente 20 a 30 mil corpos deixados naquele local. Chegou o momento de ouvi-los.

Uma reforma em casa mudou o destino da vida de Mercedes Guimarães e de seu marido Petrócio. Em 1996, durante uma escavação rotineira os trabalhadores encontraram ossos humanos. Foram muitas especulações, até uma equipe de investigação da Prefeitura do Rio de Janeiro constatar que a residência do casal, localizada no bairro da Gamboa, no centro do Rio, estava sobre uma sepultura coletiva de negros africanos, datada de 1769 a 1830.

Nove anos depois da descoberta, o casal criou o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, o IPN. As pesquisas arqueológicas mostraram que o local abrigou os restos mortais de milhares africanos escravizados, que não resistiram as insalubres condições de viagem da África ao Brasil. Mercedes Guimarães, que é diretora do Instituto, relata a crueldade da história do maior cemitério de escravos das Américas.

É um cemitério campo santo, que tinha uma igreja por trás que lavrava os óbitos e cobrava por esses enterramentos, mas você não tem noção de que forma eles enterravam essas pessoas. Eram valas comuns, uns sobre os outros, jogados e, de tempos em tempos, eles abriam aquelas valas, quebravam os ossos, queimavam aquela matéria ainda em decomposição. (DEISTER, 2017, x. p.).

Segundo análise de Cardoso (1987), o viajante alemão Freireryss relata que o comércio de gente, praticado sem nenhum pudor em plena luz do dia, e o sepultamento de escravos praticado no “acesso ao saco da Gamboa através da Rua do Cemitério (atual Rua Pedro Ernesto), que ligava essa praia à praia do Valongo”, no caminho havia “além das chácaras que o ladeavam, situava-se nesse lugar o Cemitério os Pretos Novos, cuja presença dera nome ao logradouro”. (FREIRERYSS, 1982).

O Valongo, antiga região noroeste da cidade do Rio de Janeiro, consistiu em uma parte da África trazida forçadamente do outro lado do Atlântico. Portanto, uma das instituições que “amparavam o sistema escravista vigente”. (PEREIRA, 2014), principalmente nas primeiras décadas do século XIX. Como dissemos, este modelo ancorava-se em três instituições que funcionavam de forma articulada: o mercado de escravos, regulado pelo estado; o Lazareto, instituição que gerou muitas disputas entre a Provedoria de Saúde, traficantes e políticos pela

manutenção e custeio dos cativos; e não poderia faltar, o Cemitério dos Pretos Novos, onde os corpos dos mortos eram descartados.

A falta de organização estrutural e sanitária suscitou uma série de reclamações de senhores de engenhos e lavradores, endereçada ao rei, em 1722, contra os “atravessadores” que se antecipavam na compra das peças e depois revendiam à preços altos. O comércio de carne humana era realizado nas calçadas, onde antigas construções serviam como ponto de venda. O governador do Rio de Janeiro à época, Antônio Pedro de Miranda, em carta, saiu em defesa dos “atravessadores”, os quais, tratava como pequenos compradores. Segundo o mesmo, a reclamação não procedia, pois os mais ricos compravam os cativos sãos e os mais pobres compravam os moribundos. Além disso, a presença desses pequenos comerciantes era importante, porque baixava o tempo de espera pela venda dos escravos, diminuía a mortalidade e, assim, evitava perdas financeiras.

Antes, são convenientes e mui úteis a este grande comércio semelhantes compradores, como meio eficaz de se conservarem os comerciantes e traficantes dele, porque chegando a esta com os ditos escravos tendo pronta saída nos mesmos, cuidam logo em voltar ao resgate ou compra de outros e não tendo forçosamente se hão de arruinar com a demora por causa da mortandade que experimentam por inseparáveis do seu tráfico a falta de comodidade de custeá-los. (CAVALCANTI, 1997, p. 38-39 *apud* PEREIRA, 2014, x. p.).

A reclamação dos senhores de engenho não teve voz na Câmara dos Vereadores. Isso só mudou com a administração do Marquês do Lavradio, a partir de 1769. Até então o mercado continuava na Praça XV e os escravizados vivos sendo vendidos ao largo da Rua Direita. Já os mortos continuavam sendo levados para o Largo de Santa Rita.

Segundo Honorato (2008), antes da organização do comércio na região do Valongo, os africanos e seus descendentes eram enterrados em um pequeno cemitério no fundo do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde se localizava o Morro do Castelo. O pequeno cemitério não atendia ao número crescente de sepultamento, em razão da intensificação do tráfico negreiro. A solução encontrada pelo governador, Ayres Saldanha de Albuquerque Coutinho, foi a construção de um cemitério exclusivo para pretos novos no Largo de Santa Rita: a administração do cemitério ficou a cargo do pároco da freguesia, encarregado de lavar os óbitos e cuidar dos sepultamentos (HONORATO, 2008).

Sobre a importância dessa construção Pereira (2014, p. 65) traz uma reflexão:

Quem passa hoje pelo Largo de Santa Rita, e vê a igreja que empresta nome ao logradouro, não a mínima ideia de que tal igreja desempenhou um papel importante na sociedade brasileira, séculos atrás. Ela teve grande influência na vida dos escravos, principalmente os recém-chegados. Que esta igreja foi alvo de disputa acerca da questão mortuária, ou seja, uma disputa de poder, sobretudo pelo poder de sepultar a outrem. A manipulação desse espaço e território, e o uso de um discurso de posse legitimado pelos dogmas cristãos ocidentais forjaram a diferença entre as culturas que aqui se encontraram em posições diametralmente opostas.

A transferência do comércio de escravizados, por ordem do Marquês do Lavradio, atendia aos clamores dos moradores da região e dos senhores de engenho. Os primeiros, em razão do mercado praticado, a mortalidade escrava e as epidemias que assolavam a Corte. Já os senhores de engenho reivindicavam um local mais organizado, mais bem cuidado e que

inibisse a participação dos atravessadores. A expulsão do mercado negreiro veio com uma recomendação Vice-Rei: minha decisão foi de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em subúrbio da cidade, separado de todo o contato, e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizadas para alojá-los. (PEREIRA, 2014).

A determinação do Vice-Rei tinha um claro propósito: manter o mercado de cativos africanos longe “dos olhos sensíveis da elite” e retirar o cemitério de dentro do perímetro urbano. Além disso, os escravos que não fossem leiloados não sairiam do Valongo “nem depois de mortos”:

Os negros novos, que vem dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se acharem nela, como os que vieram chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada a visita da Saúde, sem saltarem a terra, sejam imediatamente levados ao sítio do Valongo, onde se conservarão, desde a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída daquele lugar esta cidade, por mais justificados motivos que haja e nem ainda depois de mortos para se enterrarem nos cemitérios da cidade. (PEREIRA, 2014, p. 71).

Assim como o comércio, o cemitério também foi transferido para o Valongo. Com isso, o mau cheiro dos cadáveres que tanto incomodava a sociedade urbana é deslocado para uma região um pouco mais distante: “A região do Valongo era pouco movimentada e o mau cheiro que saía do cemitério não causava maiores incômodos, uma vez que o vizinho mais próximo era o próprio mercado, de onde vinham os cadáveres”. (HONORATO, 2008, p. 130).

Para Luccok, a forma de enterramento dos escravos era marcada pela precariedade desde quando o cemitério estava no Largo de Santa Rita. Os defuntos ficavam expostos à luz do sol. As covas rasas, feitas à flor da terra, deixavam os corpos quase insepultos e as chuvas violentas bolsavam-lhes podridões. (PEREIRA, 2014).

O historiador Cavalcanti (2005 *apud* PEREIRA, 2014) entende que o mercado do Valongo funcionou como lugar de comércio e enterramento dos mortos. Eles eram tão próximos que o cemitério podia visto pelos cativos vivos, expostos à venda no mercado. E cumprindo as decisões do Vice-Rei, a mudança proibiu o enterro de escravos nos tradicionais cemitérios.

Com o passar dos anos a própria presença do mercado favoreceu a instalação de diversos estabelecimentos comerciais e residências, criando ali uma complexa malha urbana. Houve um considerado desenvolvimento da região, não só nas transações comerciais e econômicas, mas também no aumento bastante significativo no número de residências bem construídas na Rua do Valongo. Diferente das construções anteriores, ainda na época do Marquês do Lavradio, erguidas no aterro sobre brejos drenados e a praia. (HONORATO, 2008).

A Rua do Valongo ligava o porto ao centro da cidade. Nela, os recém-chegados passavam, para depois serem acomodados em barracões ou armazéns onde cabiam de 300 a 400 escravizados. Antes disso, cumpriam certas etapas do processo de venda, como o pagamento de impostos sobre todos os escravos acima de 3 anos, o que era realizado na Alfândega. Faziam a quarentena de oito dias e depois de cuidados, eram liberados para serem vendidos, como informamos anteriormente.

O mercado passou a ser regulado, abastecido e como único local possível para a obtenção de escravos. Os que estavam saudáveis eram separados dos doentes, e estes levados para ilhas próximas para observação e recuperação. Com isso, praticamente acabou com o trabalho dos atravessadores. Essa concentração de “mercadoria” em um único ponto da cidade facilitou o acesso de consumidores. Muito diferente da situação anterior, da Praia do Peixe, onde cada um vendia a seu tempo.

O cais do Valongo vivia seu momento de maior intensidade, com o constante desembarque de sumacas, patachos e bergantins que atracavam no ancoradouro do Valongo, trazendo carga humana vinda da África. Embarcações se encarregavam de transportar para outras regiões litorâneas da Corte ou fora dela.

O cemitério era alimentado pelo tráfico negreiro e conforme esse número de cativos aumentava mais corpos eram descartados na necrópole. Principalmente depois que um problema que já incomodava os negociantes foi constatado: a varíola.

O provedor-mor da Saúde, Manoel Vieira da Silva, preocupado com o surto de epidemias na região, cobra explicações dos agentes do tráfico, portugueses e africanos, sobre a carga humana enviada. Há desconfiança que possam estar trazendo cativos africanos já contaminados pela doença para a Corte. No entanto, o mesmo provedor-mor reconhece que a causa da elevada mortalidade escrava eram as péssimas condições higiênicas dos navios Negreiros, e ressalta que muitos escravos morriam de sarampo e relembra as epidemias que se abateram no Rio de Janeiro no início do século XIX. Para ele os doentes deveriam ser levados para o Lazareto.

O tráfico de escravos gerou muitas discussões no Senado. De um lado os que acreditavam que o surgimento da epidemia na Corte nada tinha a ver com o tráfico. Já os críticos exigiam o fim do tráfico pois acreditavam ser este o principal modo que a doença entra na Corte. Acreditavam que a erradicação da doença estava ligada diretamente à extinção do tráfico. A varíola causava muitas mortes e justificava a criação de uma enfermaria em caráter de urgência. (PEREIRA, 2014).

Uma das possíveis causas para que muitos africanos fossem vitimados por doenças era a longa viagem, sobretudo os cativos vindos da África Oriental. A longa e árdua jornada era um fator que contribuía para a proliferação de doenças. Disenteria, hepatite, escorbuto, anemia e oftalmia. Não havia nos navios separação entre os sãos e os doentes, entre vivos e mortos. Isso facilitava a contaminação e que muitos morressem antes mesmo do desembarque.

A nutrição, ou a falta dela, também era um dos indicadores principais para o alto índice de mortalidade de africanos. Nos navios a alimentação consistia basicamente em arroz e mandioca, cozidos em um tipo de sopa de caldo de peixe, camarão ou carne.

A ausência de vitamina D era provocada pela falta de acesso à luz do sol. Os corpos eram impedidos de absorver cálcio. “Quando a travessia era mais longa os danos causados à estrutura óssea eram maiores e esse era o caso dos escravos que aportavam no Valongo”. (PEREIRA, 2013, p. 238). Sem vitamina C, os corpos descamavam e não conseguiam gerar anticorpos contra doenças. A desnutrição agravava enfermidades, ampliava a ação de vermes, e as pessoas apresentavam quadros de desidratação, provocada pela diarreia. As fezes contaminavam o ambiente, gerando um ciclo de infecções e mortes.

Esta situação levava a um quadro de subnutrição grave, com ausência de quase todos os nutrientes. Em razão, disso muitos traficantes utilizavam determinados locais para revigorar a sua carga humana, antes de desembarcá-las em suas áreas coloniais. Os franceses faziam isso na Martinica, os ingleses na Jamaica e os portugueses e brasileiros usavam o Valongo. Lembrando que muitos traficantes se recusavam a mandar os seus doentes para a ilha de Bom Jesus. Portanto, as regiões do Valongo são e doentes caminhavam juntos e os mortos eram vizinhos dos vivos. (PEREIRA, 2013, p.239).

### 5.5 A morte ronda o mercado do Valongo: os ritos fúnebres

O cemitério destinava-se ao sepultamento dos pretos novos, isto é, dos escravos que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem vendidos.

Rodrigues (1997, p. 322) afirma que “no Brasil escravista, a morte e os ritos fúnebres não são dissociados da vida”. E a autora prossegue:

Fomos conquistados e colonizados por um reino católico que naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais e possuía uma cultura na qual os privilégios pautavam o cotidiano. Várias foram as estratégias criadas com o objetivo de alcançar mobilidade social. Ou seja, na América Portuguesa, a entrada do cativo africano trouxe ainda maior complexidade. Mais que como uma forma predominante de trabalho, a escravidão se instituiu como importante elemento de distinção jurídica e social. Maior ou menor proximidade da escravidão ou da liberdade exerceria significativo impacto sobre ações do cotidiano, visões de mundo e rituais, a exemplo dos funerais. Os diferentes tipos de cerimônia – inclusive sua ausência – expressavam a diversidade de posições, origens e vínculos sociais aquele que deixava o mundo. (RODRIGUES, 1997, p. 322-323).

Ainda segundo a autora:

Considerava-se degradante o sepultamento nesses espaços, pois era realizado com ritos sumários em covas rasas, às vezes coletivas, algumas sujeitas à visita de cães e porcos que devoravam partes dos corpos mal enterrados. O trajeto era percorrido em rede, sem cortejo ou velas. (RODRIGUES, 1997, p. 323).

Não era raro, ao longo de séculos, o enterramento de escravos por parte dos senhores longe dos olhos das ordens eclesiásticas e irmandades. O que gerava uma preocupação e ameaça de excomunhão por parte das igrejas caso insistissem com práticas e não dessem enterros decentes aos seus escravos. Pois não era digno: enterrar os seus escravos no campo, como se fossem animais. (RODRIGUES, 1997).

Um século depois do comentário anterior, a Igreja Católica confrontava o coronel Francisco Duarte da Silva, denunciado em Ilhéus, porque “não cuidou que seu escravo Matias, preto batizado, tivesse sacramentos e este morreu no desamparo, não o encomendou, mas deixou ao tempo, de sorte que os cães e urubus o comeram junto à porta do dito senhor”. (REIS, 1991, p.173).

Rodrigues (1997, x. p.) salienta que:

[...] no caso do defunto, mesmo sendo escravo, ter se inserido numa rede comunitária, e/ou paroquial quando vivo, ele poderia obter sepultura nos adros e cemitérios em volta dos templos católicos, cujas covas eram gratuitas. Pagava-se pouco a encomendação do sacerdotal com a cruz da paroquia.

No entanto, se nada disso fosse feito o pior poderia acontecer como lembra:

Quadro pior era o abandono de cadáver pelo senhor, em terrenos baldios ou praias, prática tão comum que, entre 1740 e 1760, demandou recorrentes advertências do bispo do Rio de Janeiro, d. Antonio do Desterro aos proprietários de escravos que cometiam o ato de “lançar fora de suas casas, os cativos que morriam, sem encomendação paroquial e na calada noite”. (RODRIGUES, 2018, p. 323-325).

Analisando a dinâmica das práticas fúnebres percebemos um despreparo e descaso com o tratamento dado aos mortos que não sobreviviam ao mercado do Valongo. Para os traficantes ou comerciantes a morte era parte do negócio. Já pelo olhar dos cativos, os danos morais causados eram irreparáveis. A morte era algo levado à sério pelos diversos grupos étnicos africanos. Para os grupos de tronco linguísticos vindos majoritariamente da África Central Atlântica, conhecido como bantos, a morte era assunto muito sério para os indivíduos e mais ainda para a comunidade. Ela constituía um elo entre o mundo dos vivos e o sobrenatural. O morto, desde que inumado de acordo com os rituais, incorporava-se à comunhão dos antepassados, passava a integrar a cadeia que unia vivos e mortos. Sem o acompanhamento dos rituais fúnebres, ele se tornava um desgarrado, um sem lugar, ocupado permanentemente em atormentar seus parentes vivos.

O não sepultamento digno, sem os ritos fúnebres adequados gerava nos cativos sentimentos de angústia e dor tão grandes quanto a escravidão, pois quem fazia transporte e o enterramento dos mortos eram outros escravizados. Portanto sabia-se o destino final dos corpos. Insepultos, deixados à flor da terra. Tanto sofriam os que iam morrer quanto os que sobreviviam.

Os estudos acadêmicos (CALÓGERAS, 1945; VERGER, 1987; CURTIN, 1969), por muito tempo, buscaram informações sobre a quantidade de escravizados desembarcados no Brasil. Grupos linguísticos, região, sexo, etc. Muitos resenhavam sobre a violência praticada aos escravizados vivos que chegavam de África. Pereira (2014) nos trouxe outra perspectiva. Não só as questões em relação à mortalidade de africanos como péssimas condições de higiene dos navios negreiros, alimentação inadequada, desnutrição, carência de vitaminas, hidratação e doenças diversas, como também nos apresentou o banzo, um estado de melancolia e tristeza que levava o cativo à morte, assim como a violência praticada com os mortos. Se não bastasse todo o processo brutal do tráfico transatlântico, viagens, desembarques, barracões insalubres, quentes e fétidos, ainda tinha a violência praticada com os corpos mortos. Durante a travessia, milhares de corpos foram jogados ao mar. Os que conseguiram se manter vivos até a chegada aos portos, mas não resistiam mais, eram descartados nos cemitérios sem nenhum tipo de cerimonial. E muitos sequer chegavam a ser levados ao cemitério. Eram despachados em pântanos, lagos, lagoas, rios e praias. Alguns enterrados no próprio terreno de seu senhor ou abandonados à própria sorte, nas ruas, ou mesmo na porta de seus donos onde eram devorados por animais.

Segundo estatísticas da época, 10% dos escravizados africanos trazidos para o Rio de Janeiro morriam na travessia, ou pouco após o desembarque (a maioria na segunda

modalidade), revelando como era alta a taxa de mortalidade no local. Na realidade, o Cemitério do Valongo não chegou a ser um cemitério, mas sim uma imensa vala, onde os corpos dos cativos eram jogados. As descrições indicam uma larga área, cercada de um muro branco, com um cruzeiro na porta e piso interno de terra. Uma dupla de negros carregava os corpos numa rede, e depois se jogava um pouco de terra por cima, o que mal disfarçava. (SOARES, 2018, p. 419-425).

A religiosidade tinha um olhar em relação aos indivíduos e os ritos fúnebres. Como se justificasse uma hierarquia entre aqueles que mereciam a boa morte e os que deviam se contentar a um sepultamento sem paramento religioso:

(...) a religiosidade católica tem por premissa a distinção entre seus membros e o prestígio a cada um dentro de um papel estabelecido pelo criador. Tal distinção faz com que alguns sejam merecedores de um sepultamento digno, enquanto outros, segundo o crivo católico, são relegados a um sepultamento precário (PEREIRA, 2014, p. 173).

Em 1831 o complexo do Valongo é desativado. A Regência, buscando reconhecimento pela Inglaterra do novo governo instituído após a derrubada de Pedro I, decreta uma lei cujo cumprimento ela sabia ser inepta para fiscalizar. Mas o Valongo, no coração da capital do Império, é atingido em cheio. O cais, vazio, é tomado por estabelecimentos de venda de secos e molhados, que só serão retirados dali em 1843.

A Rua do Valongo agora se torna um conjunto de armazéns de café, a riqueza verde do novo Império. O Lazareto é esvaziado, no entanto o nome persiste até bem tarde no século XIX, e somente no início do XX a área é reurbanizada, com o aterro do Cais do Porto. A Rua do Valongo é rebatizada como rua da Imperatriz, e o mesmo ocorre com o cais, na celebração da chegada da esposa do imperador Pedro II, em 1843, todavia, nas entrelinhas, vemos o processo de apagamento da memória da escravidão. O legado de D. João VI para a cidade é cristalizado por obras visíveis, como o Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia, porém o Valongo, amaldiçoado pela memória do cativo, sofre um apagamento profundo. Em 1906 a Rua Camerino (nome dado pela República) é alargada e constrói-se o Jardim do Valongo, embelezando-o com as estátuas de Minerva, Mercúrio, Ceres e Marte (retiradas do antigo Cais da Imperatriz), que seria restaurado em sua magnificência no ano de 2012. Entretanto, nos fundos do jardim, a Casa da Guarda (setor administrativo e museu arqueológico) foi em passado remoto uma das "casas de engorda" de africanos, segundo tradição dos moradores do lugar, registrada pelo IPHAN. (SOARES, 2018, p. 419-425).

Talvez um dos últimos remanescentes do conjunto do maior complexo negreiro das Américas a não sofrer alteração em suas formas fundamentais tenha sido a igreja da Saúde, datada do século XVIII, nos fundos do antigo quartel da Harmonia. Fundada em 1742, era nos tempos do cativo a ponta final da longa praia que vinha da Prainha (praça Mauá) e desembocava na ponta do morro da Saúde. Naquela época os escravos recém-desembarcados no Valongo eram levados para ser batizados nessa igreja, uma vez que não eram permitidos "gentios" da costa da África em terras do rei de Portugal. (SOARES, 2018).

Em 9 de julho de 2017, a Unesco (setor da ONU ligado a ciência, cultura e educação) concedeu o título de Patrimônio da Humanidade ao Cais do Valongo. Foi o reconhecimento não apenas de um cais de pedra secular, mas da importância de dar visibilidade à trajetória sofrida dos povos africanos e afrodescendentes na história mundial moderna. O Valongo foi o

primeiro Patrimônio da Humanidade do Brasil inscrito no programa A Rota do Escravo, também da Unesco, criado em 1994 para mapear o percurso de africanos e descendentes pelo mundo na diáspora da era moderna. Esperamos que novas pesquisas possam ser abertas com essa visibilidade. (SOARES, 2018).

A existência do cemitério dos pretos novos dependia diretamente do tráfico transatlântico de escravos, pois para este fim fora criado, assim que o tráfico foi posto na ilegalidade o cemitério perdeu seu sentido e foi desativado.

É claro que muitos cativos africanos tiveram seus rituais obedecidos e muitos foram enterrados em campos santos de forma digna. Alguns conseguiram, inclusive, dentro das igrejas ou nos adros. Não podemos deixar de destacar o importante papel as irmandades nesse período. No entanto, essa não era a realidade da maioria dos seres humanos que aqui aportavam. A intensidade, dinâmica social, a falta de estrutura e desconhecimento das culturas que aqui chegaram levaram à discriminação e ao preconceito.

O sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou durante os anos de 1769 a 1830, é a principal prova material e incontestável, encontrada até hoje, sobre a barbárie ocorrida no período mais intenso do tráfico de cativos africanos para o Brasil. Depois da descoberta fortuita, em janeiro de 1996, não há mais como admitir uma visão equivocada e romanceada sobre a escravidão de africanos e seus descendentes diretos no Brasil. Foram depositados nesse cemitério os restos mortais de dezenas de milhares de africanos, brutalmente retirados de sua terra natal e trazidos à força para o trabalho escravo. E igualmente brutal era a forma como seus corpos foram despedaçados pelo terreno, cobertos apenas com algumas pás de terra. Há indícios de que, dada a situação de descarte humano que apresentava o local, moradores daquela época passavam pela Rua do Cemitério lançavam seu lixo doméstico: restos de comida e fragmentos de louças, cerâmicas e vidros.

Apesar de ser considerado o maior cemitério de escravos deste gênero nas Américas, o terreno destinado aos sepultamentos era muito pequeno para tantos corpos. Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus tratos da captura e viagem transatlântica. Este relato revelado pela historiografia e trazido à luz pela Arqueologia, repleto de desrespeito e dor, ainda é desconhecido por muitos, pois não é contado em todas as escolas, e nem sequer é mencionado nos livros de história que têm a escravidão como tema. Por isto, reafirma-se a importância desse Museu Memorial, no qual o Cemitério dos Pretos Novos se impõe como peça central para este debate.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este trabalho foi iniciado em 2017 depois de um longo processo de pesquisa de campo e visitação aos locais representativos de memória da Diáspora negra na região central do Município do Rio de Janeiro. Entre estes locais estão a Pedra do Sal, o Cais do Valongo e o Instituto Pretos Novos.

**Figura 5** – Mapa do Circuito de Histórico



**Fonte:** Porto Maravilha (2019)

O roteiro atual praticamente se impôs a cada visita teste feita com diversos públicos à chamada Pequena África. Então, a Diáspora Africana emanou de cada pedra do calçamento com toda a força das injustiças cometidas há séculos, e nunca reparadas.

Contar a história da Diáspora Africana através do tráfico transatlântico, principalmente aquelerealizado entre os séculos XVI e XIX, é trazer para a cena todas as dores, perdas, silenciamentos e invisibilidades. Cada aula busca retirar o véu do desconhecimento que nubla a visão dos participantes.

**Figura 6** – Mapa da região em 1820



**Fonte:**Revista Pesquisa FAPESP (2011).

*\*Ossos que falam – escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão.*

## 6.1 Trajeto

O Roteiro atravessa pontos importantes da Zona Portuária do Rio de Janeiro, que foi a principal porta de entrada de seres humanos traficados da África.

Iniciamos pela famosa Praça Mauá, onde contamos sua história e a origem do atual nome. Anteriormente, a Praça Mauá era conhecida como Prainha. No início do século XX, com as obras de restauração da região, ganhou esse nome em homenagem a Irineu Evangelista de Souza, o precursor da indústria no Brasil. Aqui, a ênfase também recai em prédios que marcaram época na região, tal como o A Noite, o primeiro arranha-céus do Brasil. Nesse edifício funcionaram o INPI, o Jornal A Noite e a famosa Rádio Nacional, que celebrou a Era do Rádio no país.

**Figura 7 – Reurbanização**

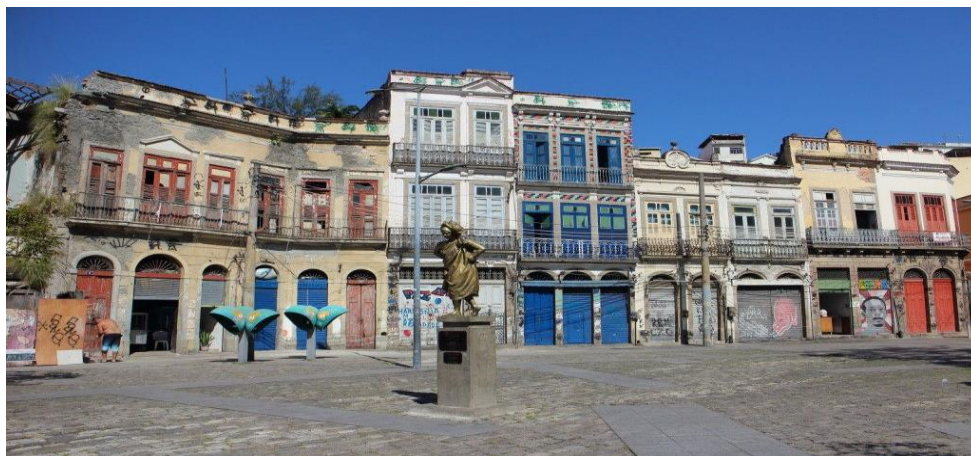
**Fonte:**Malta (1924).

*\*Inaugurada em 1910, após seis anos de obras, o antigo Largo da Prainha foi batizado como Praça Barão de Mauá, mais tarde Visconde. Era do Largo que no século XIX saíam as barcas com os passageiros que no fundo da Baía de Guanabara pegavam o trem, rumo a Petrópolis.*

O prédio da rodoviária e terminal rodoviário, sofreu uma grande reforma e virou o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR). Ao lado temos o Boulevard Olímpico e o Museu do Amanhã, construídos para Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Após a exposição na Praça Mauá, partimos para o Largo São Francisco da Prainha, no qual desembarcavam produtos e mercadoria humana. Ponto de encontro de comerciantes e venda de escravizados. Nos armazéns ao redor os escravos eram amontoados e oferecidos em leilões. Nesta praça funcionou um importante trapiche da Venerável Ordem Terceira, que vendia muitos escravizados. Esta passagem é concluída com a estátua de Mercedes Baptista a primeira bailarina negra a integrar o corpo de Ballet do Teatro Municipal, em 1947. Este é o mote para traçar o caminho de protagonismo da mulher negra na História Negra Brasileira.

**Figura 8** – Largo São Francisco da Prainha



**Fonte:** Acervo Pessoal (2019)

*\*Local de desembarque e vendas de escravizados, das casas de angus e do trapiche da Ordem Terceira. Hoje abriga a estátua da bailarina Mercedes Baptista.*

Quase anexo ao Largo da Prainha, chegamos a um dos mais importantes pontos da Aula: a Pedra do Sal. Berço do samba, dos ranchos e cordões que deram origem às escolas de samba. Local cuja personalidade é múltipla, de forte religiosidade de matrizes africanas, das mães de santo, das reuniões sindicais, de identidade e memória da cultura afrodiáspórica.

Anexo à Pedra, temos o Largo João da Baiana, nome do sambista que reunia, neste local, anata dos músicos da época: Pixinguinha, Sinhô, Donga, Heitor dos Prazeres. Aliás Heitor dos Prazeres, artista plástico e sambista, foi o responsável pela cunhagem da expressão Pequena África, ao observar a região e perceber que ali havia tão grande concentração de negros que mais parecia uma pequena parte do continente africano.

Na Pedra do Sal, todas as segundas e sextas-feiras, são realizadas uma famosa roda de samba. Atrai milhares de pessoas há décadas e gera grande desconforto por parte do Estado. As perseguições à cultura e festejos africanos são características marcantes da região. Não é novo este tipo de comportamento tanto do Estado como da Igreja. Por isso a Pedra do Sal é considerada um dos mais importantes locais de resistência, ressignificação e memória do Rio de Janeiro. E lá se encontra o mais famoso quilombo urbano do país: o Quilombo da Pedra do Sal.

**Figura 9 – A Pedra do Sal**



**Fonte:** Curta RJ (2021).

*\*É um local de conexões, encontros e de uma animada roda de samba que acontece todas as segundas e sextas a partir das 18h. Largo da Pedra, Pedra da Prainha, Pedra do Sal.*

**Figura 10 – Aula pública na Pedra do Sal**



**Fonte:** Acervo Pessoal (2018).

*\*Local democrático e um dos preferidos dos professores. Dividimos o espaço com mais dois grupos na foto. A casa verde, à esquerda, é a antiga casa de João da Baiana, compositor e pandeirista do início do século XX. Não à toa, o local também é conhecido como Largo João da Baiana.*

A Casa da Tia Ciata só é vista em seu exterior, pois a constante falta de recursos impede seu pleno funcionamento. Mas é importante que contemos um pouco dessa rica história das mães de santo, pois o protagonismo da mulher negra é tão importante que não

poderíamos contar esta história sem sua participação. Dentre muitas mães de santos, destaca-se Hilária Baptista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata. Nascida na Bahia, em 1954, na década de 70 do século XX, veio para o Rio de Janeiro. Conhecida por sua religiosidade e culinária, Tia Ciata mostrou-se uma empreendedora. Aqui, começou a vender seus doces e quitutes que logo se tornaram famosos.

**Figura 11** – Organização Cultural Remanescentes da Tia Ciata



Fonte: SamBrasil (2018)

O quarto ponto a ser visitado e comentado é o Jardim Suspenso do Valongo, do alto do qual é possível visualizar os morros da Providência, do Livramento e da Conceição. Explicamos a origem dos nomes Providência e Livramento e o motivo pelo qual o Jardim Suspenso foi criado no início do século XX. Estabelecemos a relação do lugar com o desembarque de escravizados e para onde os negros vivos eram levados e vendidos. Quase em frente ao Jardim se situa a Praça dos Estivadores, antes Largo do Depósito.

## 6.2 Encerramento da Visita

Finalizamos a visita mostrando o Centro Cultural Pequena África e explicamos o porquê de estar fechado constantemente.

**Figura 12** – Sítio Arqueológico do Cais do Valongo em 2018



Fonte: Acervo Folhapress (2018).

**Figura 13** – Imagem do Cais do Valongo



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

**Figura 14** – Aula com alunos e professores da rede Emancipa de educação popular



**Fonte:** Acervo Pessoal (2019).

Seguimos para o epicentro da aula pública: o Cais do Valongo, local de desembarque de quase um milhão de africanos escravizados. Ali eram contados e levados para a casa de engorda (os vivos); os doentes eram levados para o Lazareto (uma espécie de hospital); os muitos doentes ou mortos eram levados para o Cemitério dos Pretos Novos. Lembrando que antes do atual Instituto dos Pretos Novos - IPN, dois outros cemitérios com a mesma finalidade funcionaram no Rio de Janeiro: um deles, próximo a Santa Casa de Misericórdia, no Castelo; e o outro no antigo bairro de Santa Rita, hoje Largo de Santa Rita, na esquina das ruas Miguel Couto com Marechal Floriano, também no Centro da cidade.

**Figura 15** – Praça Municipal, atual Praça Jornal do Comércio, em 1906



**Fonte:** Malta (1924)

*\*Observar ao fundo o mar (Baía de Guanabara), e ao fundo a direita o edifício da Companhia das Docas Pedro II.. Foto de Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.*

São detalhados o processo de desembarque, a criação do Cais, em 1811, sua remodelagem, em 1843, recebendo o nome de Cais da Imperatriz. Em 1911, com a reurbanização e construção do atual Porto do Rio de Janeiro, é criada a Praça Jornal do Comércio e novamente apagada a história do local.

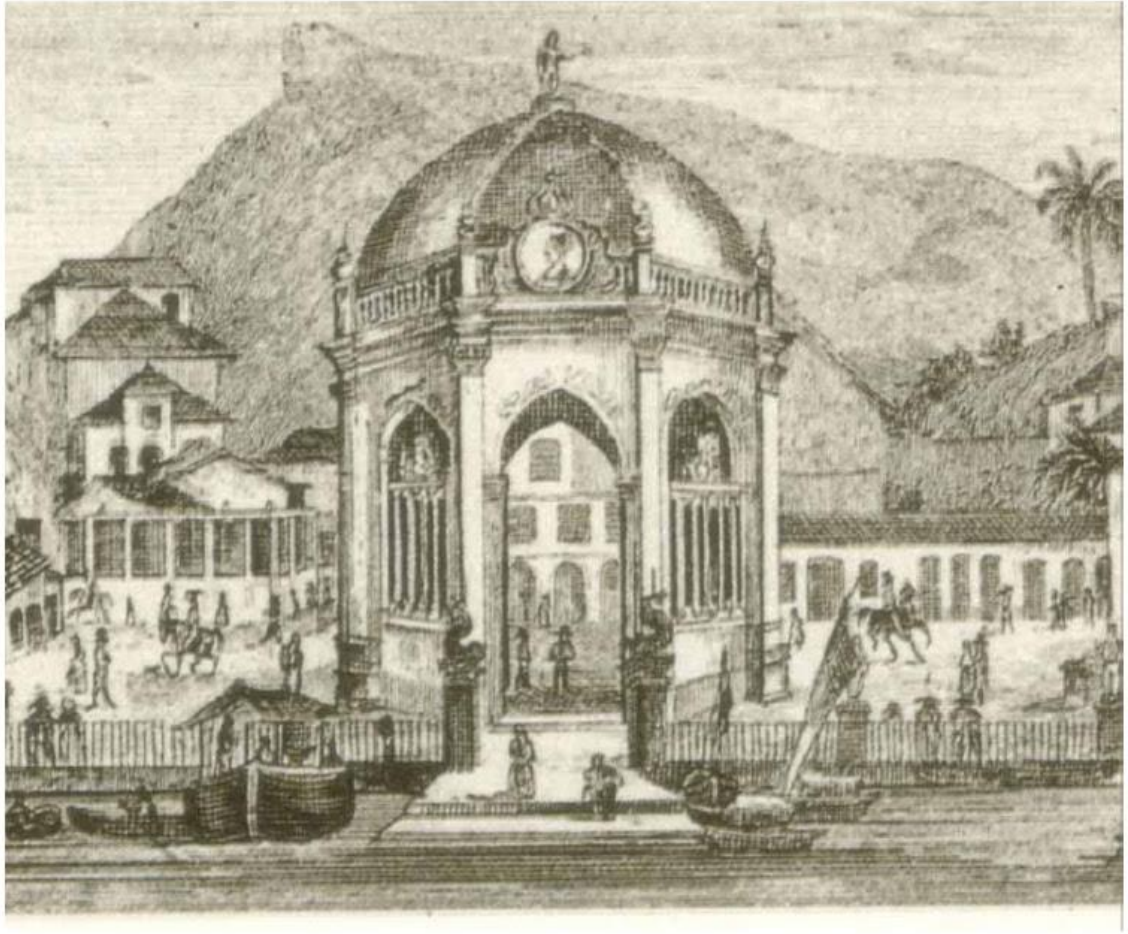
**Figura 16** – Desembarque de escravos no Cais do Valongo



**Fonte:** JM Rugendas (1835).

Em 2011, com a obra do Porto Maravilha, para atender ao público visitante da Copa do Mundo e, a seguir, das Olimpíadas, a região é reurbanizada e passa por um processo de inúmeras transformações. No entanto, com o início das obras encontram-se mais vestígios materiais dos Cais do Valongo e da Imperatriz. Após um período de escavações milhares de peças foram encontrados por pesquisadores. Foram tantos, que encheram treze contêineres: azulejos, conchas, braceletes, colares, miçangas, pulseiras, vestes, materiais de metalurgia, cachimbos, utensílios domésticos, e outros.

**Figura 17** – Cais do Valongo



**Fonte:** Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro. (2018)

*\*Embelezado para o desembarque da Imperatriz Tereza Cristina Maria, litogravura de autoria de Friedrich Pustkow, cerca de 1843.*

Em razão desse material encontrado e colhido por arqueólogos, historiadores e pesquisadores de diversas áreas, criou-se um dossiê, que foi levado para a ONU. Não demorou muito para que especialistas viessem e comprovassem o que se suspeitava: o Cais do Valongo era o local de desembarque de africanos escravizados. Portanto, um local de preservação de memória e a prova de um crime contra a humanidade.

**Figura 18** – Achados Arqueológicos no Cais do Valongo (RJ)



Fonte: Mariana Aimée (2021).

Em julho de 2017, o Cais do Valongo tornou-se Patrimônio Mundial da Humanidade, sendo equiparado a local de memória sensível, tal como Auschwitz, e Hiroshima e Nagasaki.

Em frente ao Cais do Valongo, localizam-se as Docas André Rebouças, construídas, no século XIX, por um engenheiro negro sem a utilização da mão de obra negra.

**Figura 19** – Docas André Rebouças



Fonte: O Globo (2021).

Prosseguindo com a aula, caminhamos de volta até a Praça Jornal do Comércio, e lá mostramos a Ladeira do Livramento, comentando ser o local em que nasceu e viveu até os

seis anos, Machado de Assis, fundador da Associação Brasileira de Letras - ABL. Enfatizamos que o escritor era negro, assim como André Rebouças, Chiquinha Gonzaga, Lima Barreto entre tantos outros que se destacaram.

No trecho final caminhamos até a Praça da Harmonia e contamos sobre sua importância, tanto como resistência política, como cultural. Nessa praça, a população, sob a liderança de Prata Preta, estivador e exímio capoeirista, lutou contra a repressão do Estado e a imposição da vacinação obrigatória em 1904.

**Figura 20** – Horácio José da Silva, o Prata Preta



**Fonte:** Médiun (2019)

*\*Estivador, capoeirista e líder contra a revolta da vacina obrigatória imposta pelo governo de Pereira Passos em 1904.*

Atualmente, muitos blocos carnavalescos, cordões e ranchos se encontram na praça durante o período do Carnaval. Entre eles, os mais famosos são o do Prata Preta e os Escravos da Mauá. Nessa praça encontra-se um batalhão de polícia construído no início do século XX, fazendo parte daquele grupo urbanístico (Jardim Suspenso, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes etc.); outro prédio que se destaca é o Moinho Fluminense, construção de 1877, tendo funcionado até 2016.

Já no Instituto Pretos Novos, assistimos a um curto vídeo sobre sua história e temos uma aula expositiva, na qual são reforçadas, ponto a ponto, as razões de sua existência, e mostramos *in loco* como era tratada a população negra que não resistia à longa viagem de navio, e os que morriam na região. A forma desumana que os negros eram tratados demonstra toda a crueldade do comércio de escravizados.

**Figura 21** – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos



**Fonte:** IPN (2021).

*\*Neste local entre 20 e 30 mil corpos foram “enterrados” à flor da terra. Hoje abriga O IPN (Instituto Pretos Novos). Um lugar de memória, história e sensibilidade do povo preto. Vozes silenciadas que nunca pararam de falar e ecoar luta e resistência.*

**Figura 22** – Sepultamento múltiplo parcialmente escavado com três indivíduos em destaque



**Fonte:** Acervo Reinaldo Tavares; Acervo IPN (2021).

**Figura 23** – A presença de crianças é marcante nas aulas na Pequena África



**Fonte:** Acervo Pessoal (2019).

*\*Na imagem, elas assistindo, atentamente, as informações sobre os achados arqueológicos no IPN.*

**Figura 24** – 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo 2020



**Fonte:** Acervo IPN (2020).

*\*Um pouco antes da Pandemia visitamos o Instituto Pretos Novos para mais uma aula sobre a Diáspora Africana e a lembrança do Massacre de Sharpeville, na África do Sul. Diversos grupos e instituições se reuniram numa caminhada pela Pequena África, passando pelos principais pontos do Complexo Escravista.*

Concluimos a aula no Centro Cultural José Bonifácio, onde também se localiza o MUHCAB (Museu Histórico da Cultura Afro-Brasileira). Não obstante encontrar-se em processo de mudança de local, contamos um pouco da história do prédio: foi um desejo de D. Pedro II, que se recusara a receber uma estátua equestre como homenagem pela “vitória” na Guerra do Paraguai. De construção neoclássica, ele faz parte de um grupo de oito prédios construídos na época para receber a população de baixa renda. Foi escola modelo da República e funcionou como escola municipal até os anos 60. Nos anos 70 virou uma biblioteca da Freguesia de Santa Rita. Nos anos 80 transforma-se em Centro Cultural.

**Figura 25** – Final de uma aula pública no Centro Cultural José Bonifácio



Fonte: Acervo pessoal (2019).

**Figura 26** – Uma aula pela Pequena África com educadores, e diversos segmentos



Fonte: Acervo pessoal (2019).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar um dos maiores entrepostos comerciais de escravos das Américas: complexo escravista do Valongo, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. Como essas articulações comerciais giravam em torno de importantes instituições, entre elas o Cemitério dos Pretos Novos, abastecidos pelo tráfico transatlântico de seres humanos escravizados. E como essa relação foi nociva para os cativos africanos que tinham como futuro a senzala ou a morte.

Diante da proposta sugerida buscamos aprofundar as pesquisas sobre cada instituição responsável pela manutenção e amparo desse complexo. Não foi uma tarefa fácil em razão das dificuldades conhecidas por todos. Recorremos ao material bibliográfico disponível e as aulas de campo já realizadas anteriormente.

As aulas de campo foram fundamentais para entender o sentido de determinados territórios. Para que assim possamos ocupar esses espaços, resgatar essa história e preservar nossa memória.

Durantes as pesquisas percebemos que houve uma tentativa de apagamento historiográfico e visual desse entreposto comercial. Tentativa esta que ocorreu desde o século XIX. Das cinco instituições pesquisadas apenas o Cais de pedra, redescoberto recentemente, mantém suas características preservadas.

Para trabalhos futuros proponho a leitura de obras importantes como a do professor Júlio César Medeiros da Silva Pereira, sobre o cemitério dos pretos novos e seus enterramentos à flor da Terra, Claudio Honorato e o Mercado de Escravos no Rio de Janeiro, além de obras do Dossiê que foi responsável pela inclusão do Cais do Valongo como Patrimônio Cultural da Humanidade. No entanto, tão importante quanto a leitura bibliográfica é a visitação nesses espaços da zona portuária. Eu sugiro que as pessoas possam cada vez mais visitar e conhecer aquela região conhecida como Pequena África.

Finalizo essa experiência com a esperança que mais aulas de história africana, afro-diaspóricae ameríndias possam contemplar os currículos escolares. A lei 10.639 e 11.645 tem por finalidade a integração de saberes, crenças, hábitos e costumes. Não há uma única história, mas sim, diversas histórias. E cada uma delas contada por temporalidades, grupos étnicos e países diversos.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. n. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANTONIL, João André. **Cultura e opulência do Brasil**. n. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.
- ARIÈS, Phillippe. **História da morte no Ocidente: desde a Idade Média aos nossos dias**. n. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. n. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.
- CARDOSO, ELIZABETH D. **Histórias dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. n. ed. Rio de Janeiro: Index, 1987.
- CURTIN, Philip D. **The slave trade: a census**. n. ed. Madison: University of Wisconsin, 1969.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Desembarque**. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, século XVII-XX**. n. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DEISTER, Jaqueline. **Museu Memorial Pretos Novos: a história esquecida do Rio de Janeiro. Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, nov. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2017/11/23/museu-memorial-pretos-novos-a-historia-esquecida-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- ELTIS, D.; RICHARDSON, D. **Atlas of the transatlantic slave trade**. n. ed. New Haven: Yale University, 2010.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)**. n. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FREIRERYSS, G.W. **Viagem ao interior do Brasil**. n. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. n. ed. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. n. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- GURAN, Milton. **Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro**. n. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2019.
- HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense,

Niterói, 2008.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: o mercado de almas da praça carioca**. n. ed. Curitiba: Appris, 2019.

KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. n. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, T. A. **Projeto monitoramento arqueológico e escavação do Cais do Valongo/Cais da Imperatriz**: relatório parcial. n. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2013. p. 106.

PEREIRA, Júlio Cesar da Silva. Revisitando o Valongo: mercado de almas, lazareto e cemitério de africanos no portal do Atlântico (a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 218-243, 2013.

PEREIRA, Júlio Cesar da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RAMOS, Diana. Quarentena e isolamento: Ilha de Bom de Jesus (Ilha do Fundão), o destino oficial dos escravizados contaminados do tráfico transatlântico. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/quarentena-isolamento-ilha-bom-jesus-ilha-fundao-bn>. Acesso em: 14 ago. 2021.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta no Brasil do Século XIX**. n. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIO DE JANEIRO (Estado). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Alvará de 28 de julho de 1810**. n. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 133-137. (Coleção Leis do Brasil 1810).

RIO DE JANEIRO (Estado). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Provedoria de Saúde**. n. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1811. Sem Paginação. (Série Saúde, IS42).

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. n. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DCDI, 1997.

RODRIGUES, Claudia. Morte e rituais fúnebres. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio dos S. **Dicionário da escravidão e liberdade**. n. ed. Companhia das Letras, 2018. p. 322-327.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. **Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibular populares: um estudo de caso na Maré – Rio de Janeiro/RJ**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Daniel B. Domingues da. **Brasil e Portugal no comércio atlântico de escravos: um**

balanço histórico e estatístico. *In*: GUEDES, Roberto. **África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX)**. n. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

SLENES, Robert W. “Malungo, NgomaVem!”: África coberta e descoberta no Brasil. **Cadernos do Museu da Escravatura**, Luanda, n. 1, 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Valongo, Cais dos Escravos: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668-1911: relatório de estágio de pós-doutoramento**. n. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2013.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. *In*: SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio dos S. **Dicionário da escravidão e liberdade**. n. ed. Companhia das Letras, 2018. p. 419-425.

SOARES, Mariza C. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século 18**. n. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Mônica Lima. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Revista Outros Tempos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 26, 2018, p. 98-111.

TAVARES, Reinaldo B. **Cemitério dos pretos novos: Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, Reinaldo B. **O Valongo através de um outro olhar: arqueologia da paisagem do complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TAVARES, Reinaldo B. *et al.* **Da alfândega ao Valongo: a entrada dos cativos africanos no Rio de Janeiro no século sob uma nova perspectiva historiográfica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo: o tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. n. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VOVELLE, Michel. **Ideologia e mentalidades**. n. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.